



Projeto Pedagógico Institucional PPI UFF 2022

Aprovado na sessão ordinária do Conselho Universitário
de XX de XX de 2023

Decisão CUV XX/XX, publicada no BS nº XX, de
XX/XX/2023

Niterói, ?? / ??

FICHA TÉCNICA

Quadro 1 – Identificação da Instituição

Nome	Universidade Federal Fluminense
CNPJ	28.523.215./0001-06
Unidade Organizacional/UORG	23069
Código	572
Caracterização	Instituição pública federal
Estado	Rio de Janeiro
Município sede	Niterói
Conceito Institucional– 2012-2022	5
IGC (2016)	4

Quadro 2 – Ficha catalográfica

<p>Universidade Federal Fluminense Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2023-2027: “Voando alto com os pés no chão” – Niterói: UFF, 2018. 1 v. : il., tabs.</p> <p>1. Universidade Federal Fluminense – Plano de desenvolvimento. 4. UFF: História: I. PDI 2023- 2027. IV. Título.</p>
--

DIRIGENTES DA UFF

DIRIGENTES DO GABINETE DO REITOR

Reitor

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-reitor

Fabio Barboza Passos

Chefe de Gabinete

Laura Antunes Maciel

Coordenação Administrativa

Leonardo Garcia de Araujo

Secretaria-Geral dos Conselhos Superiores

Leonora Grippi Soares da Silva Mendes

Ouvidora-Geral

Jandira da Silva e Souza

Procurador Federal junto à UFF

Jonas de Jesus Ribeiro

PRÓ-REITORES E SUPERINTENDENTES

Pró-Reitora de Administração

Vera Lucia Lavrado Cupello Cajazeiras

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Alessandra Siqueira Barreto

Pró-Reitora de Extensão

Leila Gatti Sobreiro

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Aline da Silva Marques

Pró-Reitora de Graduação

Alexandra Anastacio Monteiro Silva (Janeiro 2023 - Julho 2023)

José Walkimar de Mesquita Carneiro (Agosto 2023 -)

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Mônica Maria Guimarães Savedra

Pró-Reitor de Planejamento

Julio Cesar Abreu Andrade

Superintendente de Comunicação Social

Thaiane Moreira de Oliveira

Superintendente de Documentação

Débora do Nascimento

Superintendente de Relações Internacionais

Lívia Maria de Freitas Reis Teixeira

Superintendente de Tecnologia da Informação

Ricardo Campanha Carrano

Superintendente do Centro de Artes

Leonardo Caravana Guelman

Superintendente de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio

Julio Rogerio Ferreira da Silva

Superintendente de Operações e Manutenção

Mário Augusto Ronconi

ELABORAÇÃO DO PPI

Comissão designada para elaborar a proposta de Projeto Pedagógico Institucional a ser integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF: (Portaria 68.355, de 23/05/2022)

Presidente:

José Walkimar de Mesquita Carneiro

Docentes:

Daniel Arruda Nascimento

Hustana Maria Vargas

Pedro Paulo da Silva Soares

Ana Paula da Silva

Julio Cesar Andrade de Abreu

Andréa Brito Latgé

Lucíola Rangel de Luca

Técnicos-administrativos

Germana Fonseca Werneck

Raphaela Giffoni Pinto

Débora de Souza Janoth Fonseca

Leandro Vieira Villela

Adriana Milward de Andrade Maciel

Simone Pilar Andrade de Freitas Silva

Discente

Nathália Fonseca da Silva Barboza

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL	10
1.1 Breve Histórico e Dados Gerais	10
1.2 Áreas de Atuação Acadêmica	14
1.1. Missão	21
1.2. Visão.....	22
1.3. Valores	22
2. METODOLOGIA.....	22
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	30
3.1 Princípios filosóficos e metodológicos gerais	30
3.2 Organização didático-pedagógica	31
3.3 Eixos Mobilizadores	33
3.3.1 Excelência Acadêmica, Científica e Social	33
3.3.2 Infraestrutura e Tecnologias de Suporte ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão	53
3.3.3 Relação Universidade - Sociedade.....	58
3.3.4 Direitos Humanos e Responsabilidade Social	60
3.3.5 Desenvolvimento Regional.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS

AGIR - Agência de Inovação
ANDIFES - Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
CAFe - Comunidade Acadêmica Federada
CAL - Comissão de Avaliação Local
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC - Conceito de Curso
CEA - Centro de Ensino-Aprendizagem
CEART - Centro de Artes
CEDERJ - Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEPEX - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CI - Conceito Institucional
CIFP - Centro de Inovação e Formação Profissional
COLUNI - Colégio Universitário Geraldo Reis
CMOM - Comissão Mista de Orçamento e Metas
COM - Comissão de Orçamento e Metas
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPC - Conceito Preliminar de Curso
CUR - Conselho de Curadores
CUV - Conselho Universitário
DAV - Divisão de Avaliação
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DPPD - Divisão de Prática Discente
EaD - Educação a Distância
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FECM - Fazenda Escola de Cachoeira de Macacu
FOFA - Fortaleza, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
HUAP - Hospital Universitário Antonio Pedro
HUVET - Hospital Universitário Prof. Firmino Marsico Filho
IC - Iniciação Científica
IdUFF - Sistema de Identificação Única da Universidade Federal Fluminense
IES - Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IGC - Índice Geral de Cursos
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira
IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente
MEC - Ministério da Educação
PAPP - Programa de Apoio Psicopedagógico
PBL - *ProblemBasedLearning*
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDU - Plano de Desenvolvimento de Unidades
PDTIC - Plano de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação
PET - Programa de Educação Tutorial
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PLAD - Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS - Programa de Gestão de Logística Sustentável

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROAES - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROGEPE - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROPET - Programa de Educação Tutorial e Institucional
PROPPI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento
PSA - Processo Seletivo Alternativo
PSP - Processo Seletivo Principal
RAD - Relatório Anual de Docentes
RIUFF - Repositório Institucional
REUNI - Programa Nacional de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SAEN - Superintendência de Arquitetura e Engenharia
SAI - Sistema de Avaliação Institucional
SCS - Superintendência de Comunicação Social
SDC - Superintendência de Documentação
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SRI - Superintendência de Relações Internacionais
STI - Superintendência de Tecnologia da Informação
SUS - Sistema Único de Saúde
SWOT - *Strength, Weakness, Opportunities and Threats*
TSG - Taxa de Sucesso da Graduação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UFASA - Unidade Funcional de Salas de Aula
UGEs - Unidades Gestoras Executoras

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1. Distribuição de cursos (a) e de alunos (b) de graduação da UFF pelas oito áreas clássicas do conhecimento.	15
Figura 2. Distribuição dos cursos de pós-graduação Stricto Sensu da UFF pelas grandes áreas do conhecimento.....	17
Figura 3. Distribuição dos conceitos dos cursos de pós-graduação Stricto Sensu da UFF (considerando a avaliação da CAPES de 2017).	18
Figura 4. Número de ações de extensão na UFF nos últimos 4 anos.	19
Figura 5. Distribuição das ações de extensão desenvolvidas pela UFF no ano de 2022 pelas diferentes áreas temáticas.	20
Figura 6. Respondente por segmento em cada localidade.	24
Figura 7. Notas atribuídas pelos respondentes aos diferentes eixos mobilizadores. ..	25
Figura 8. Nuvem de palavras das respostas abertas para a pergunta sobre outros eixos mobilizadores.	27
Figura 9. Nuvem de palavras para as respostas à pergunta sobre a existência de alguma ênfase fundamental para os eixos elencados.	28
Gráfico 1. Distribuição dos Conceitos de Curso para os cursos de graduação da UFF nos últimos quatro anos.	16
Gráfico 2. Distribuição dos Conceitos Preliminares de Curso para os cursos de graduação da UFF nos últimos quatro anos.....	16

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Breve Histórico e Dados Gerais

A Universidade Federal Fluminense (UFF), com sede na cidade de Niterói e âmbito em todo o Estado do Rio de Janeiro, foi criada pela Lei n.º 3.848 de 18 de dezembro de 1960, instituída conforme a Lei n.º 3.958 de 13 de setembro de 1961 e reestruturada nos termos do Decreto n.º 62.414 de 15 de março de 1968. É uma autarquia federal de caráter especial, criada originalmente com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Originou-se da incorporação das escolas federais Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro (1912), Faculdade de Direito de Niterói (1912), Faculdade Fluminense de Medicina (1926) e Faculdade de Medicina Veterinária (1936); agregando outras cinco escolas, das quais três eram estaduais, a saber: Escola de Enfermagem (1944), Escola de Serviço Social (1945) e Escola Fluminense de Engenharia (1952), e duas eram particulares, Faculdade de Ciências Econômicas (1942) e Faculdade Fluminense de Filosofia (1947).¹ O movimento estudantil, representado pela União Fluminense de Estudantes (UFE), teve forte contribuição para a criação da UFF, ao promover debates e comícios e pressionar os deputados federais fluminense a apresentarem projeto de lei para a criação de uma universidade federal no Estado do Rio de Janeiro (ainda antes da fusão com o Estado da Guanabara, onde se encontrava a então Universidade do Brasil). A lei n.º 4.831 de 5 de novembro de 1965 alterou a denominação da UFERJ, que passou a chamar-se Universidade Federal Fluminense (UFF). Seu Estatuto foi aprovado pela Portaria Ministerial n.º 177 e o seu Regimento Geral foi homologado pelo Parecer n.º 2/1983, ambos de 5 de maio de 1983, publicados no Diário Oficial da União de 5 de maio de 1983.

A sede da Reitoria situa-se na Rua Miguel de Frias, n.º 9, no município de Niterói - RJ. Várias unidades da UFF localizam-se na cidade de Niterói, onde há três *Campi* principais (Valonguinho, Gragoatá e Praia Vermelha), com outras unidades isoladas localizadas em diferentes bairros da cidade.

Além da sede em Niterói, a UFF possui **Unidades de Ensino** em oito municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro - Angra dos Reis (Instituto de Educação de Angra dos Reis); Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciências da Sociedade e

¹ <https://www.uff.br/?q=uff/hist%C3%B3ria> (consultada em 8/12/2022)

Desenvolvimento Regional); Macaé (Instituto de Ciências da Sociedade); Nova Friburgo (Instituto de Saúde de Nova Friburgo); Petrópolis (Escola de Engenharia de Petrópolis); Rio das Ostras (Instituto de Ciência e Tecnologia e Instituto de Humanidades e Saúde); Santo Antônio de Pádua (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior) e Volta Redonda (Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda e Instituto de Ciências Exatas). Conta ainda com um Núcleo Experimental em Iguaba Grande e uma Fazenda-Escola em Cachoeiras de Macacu.

Desde 1972 a UFF mantém instalações no Estado do Pará, onde foi criado o *Campus Avançado* na Região Amazônica, a Unidade Avançada José Veríssimo (UAJV), na cidade de Óbidos, estendendo suas ações para os Municípios de Oriximiná, Juruti, Terra Santa e Faro. Desde 1975, a unidade encontra-se instalada na cidade de Oriximiná.

A UFF é constituída por 42 unidades de ensino, sendo 25 Institutos, 10 Faculdades, 6 Escolas e um Colégio de Aplicação. Dentre elas, 31 unidades estão localizadas na cidade de Niterói (4 Escolas, 10 Faculdades, 16 Institutos e o Colégio Universitário), uma em Petrópolis (1 Escola), três em Volta Redonda (1 Escola e 2 Institutos), duas em Rio das Ostras (2 Institutos), uma em Macaé (1 Instituto), uma em Campos dos Goytacazes (1 Instituto), uma em Angra dos Reis (1 Instituto), uma em Nova Friburgo (1 Instituto) e uma em Santo Antônio de Pádua (1 Instituto). São ao todo 124 departamentos de ensino distribuídos por estas 42 unidades acadêmicas. Além do ensino presencial, a UFF oferece cursos na modalidade Ensino a Distância (EaD) em 28 municípios - incluindo sua sede, Niterói - por meio da Universidade Aberta do Brasil, no âmbito do Consórcio CEDERJ-RJ.

Quanto aos graus oferecidos são 98 (72%) cursos de bacharelado (com 44.451 alunos, 66% dos alunos), 35 (26%) cursos de licenciatura (15.448 alunos, 23% dos alunos) e três (2%) cursos formando tecnólogos (7.561 alunos, 11% dos alunos).²

O quadro de servidores ativos da UFF em 2022 conta com 7195 pessoas, sendo 3481 docentes e 3714 servidores técnicos. Dentre os docentes são 3339 (96%) contratados pelo regime estatutário, 138 (4%) com contratos temporários (substitutos ou visitantes) e 4 contratados pelo regime CLT. Quanto à qualificação, o corpo docente conta com 3.000 doutores (86%), 346 mestres (10%) e os demais (4%) com outros níveis de formação. Entre os servidores técnicos-administrativos são 3.684 (99%) estatutários e 30 contratados pelo regime CLT. Destes servidores, 153 (4%) são doutores e 526 (14%)

² Fonte: Núcleo Institucional de Dados Integrados - NIDI, consultado em 13/10/2022.

são mestres. Dentre os docentes, a maioria é do sexo masculino: 1880 (54%), frente a 1601 (46%) mulheres, enquanto no quadro de servidores técnicos-administrativos a maioria é de mulheres: são 2077 (56%) mulheres, frente a 1637 (44%) homens. Os docentes da UFF têm em média 51 anos de idade (50 anos para mulheres e 52 anos para homens) e tempo de serviço médio na UFF de 14 anos (13 anos para mulheres e 15 anos para homens). O regime de trabalho principal do corpo docente é o de dedicação exclusiva, com 2884 (85%) docentes neste regime; 328 (9%) são docentes em regime de 20 horas e 269 (8%) são docentes em regime de 40 horas. O corpo técnico-administrativo tem idade média de 49 anos (48 para mulheres e 50 para homens) e tempo de serviço médio na UFF de 17 anos (16 anos para mulheres e 19 anos para homens).²

O corpo discente de graduação é composto por um total de 67.460 alunos, matriculados em 129 cursos de graduação presencial (94%), contando com 48.881 alunos (72%), e em oito cursos de graduação a distância (6%), com 18.579 alunos (28%), oferecidos nos 28 polos do Consórcio CEDERJ. A maioria absoluta do corpo discente (48.828 alunos, 72%) estuda em tempo integral, seguido pelos turnos noturno (13.568 alunos, 20%), matutino (3.548 alunos, 5%) e vespertino (1.515 alunos, 2%). Na graduação há um leve predomínio de alunos do sexo masculino (34.805, 52%) frente às alunas (32.655, 48%), considerando-se todas as matrículas. Esta relação se inverte se considerarmos apenas os discentes do ensino presencial, onde se encontra maioria de mulheres (26.188, 54%) em relação aos homens (22.693, 46%). Um pouco mais da metade (34.555, 51%) dos alunos de graduação estudam em cursos sediados em Niterói, enquanto 32.905 (49%) estão em cursos que funcionam em outras cidades do interior do estado. Dos alunos no ensino presencial, 97% são provenientes do Estado do Rio de Janeiro, 2% provenientes do Estado de São Paulo, 1% provenientes do Estado de Minas Gerais e um pouco menos de 1% provenientes de outros estados. O percentual de alunos estrangeiros na graduação da UFF atualmente está abaixo de 1%.³

Na pós-graduação *Stricto Sensu* são 136 cursos, sendo 21 Mestrados Profissionais, 64 Mestrados Acadêmicos e 51 Doutorados, distribuídos por 89 Programas de Pós-Graduação. Ao final de 2021 a UFF contava com 11.682 alunos matriculados na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo 4.101 (35%) no Doutorado, 6.099 (52%) no Mestrado Acadêmico e 1.482 (13%) no Mestrado Profissional.⁴ Cerca de 40% dos alunos de

³ Fonte: Todos os dados referentes aos alunos de graduação foram obtidos do Núcleo Institucional de Dados Integrados - NIDI (<https://www.uff.br/?q=infodados>), consultado em 13/10/2022.

⁴ Fonte: Os dados da pós-graduação foram fornecidos pela PROPPi para o Relatório de Gestão Institucional 2021.

doutorado contam com bolsas das agências de fomento CAPES (35%), CNPq (4%) e FAPERJ (1%). Para alunos do mestrado acadêmico o percentual de alunos bolsistas é de 39%, distribuídas entre a CAPES (35%), o CNPq (2%) e a FAPERJ (2%). Aproximadamente 2000 docentes da UFF são credenciados nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*.⁵

Na Pós-Graduação *Lato Sensu* existem 216 cursos ativos, sendo 131 cursos de Especialização, 57 cursos de Residência em Saúde e 28 MBAs. Destes cursos, 192 são oferecidos na modalidade presencial e 24 são oferecidos no modelo EaD.⁴

Além da infraestrutura das unidades acadêmicas e da reitoria, a UFF conta com uma série de equipamentos de apoio, podendo-se citar 30 bibliotecas, sendo uma Biblioteca de Educação Infantil, uma Biblioteca Escolar, um Centro de Memória Fluminense, um Centro de Obras Raras e Especiais e 26 (vinte e seis) bibliotecas setoriais contendo acervos de diferentes áreas do conhecimento. A Universidade conta ainda com um prédio do Arquivo Central, 580 laboratórios, 21 auditórios, o Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), a Farmácia Universitária, o Hospital Veterinário Professor Firmino Marsico Filho (HUVET) e o Colégio de Aplicação, Colégio Universitário Geraldo Reis. Conta ainda com Restaurantes Universitários distribuídos por vários *Campi* que atendem diariamente, em média, cerca de 6500 pessoas. A residência estudantil no Campus do Gragoatá abriga 314 alunos.⁶

Na área cultural, além de uma editora e de uma livraria, a UFF dispõe de um Centro de Artes composto por cinema, teatro, galeria de artes e espaço de fotografia. Na música, conta com a Orquestra Sinfônica Nacional, um conjunto de música antiga, um coral e um quarteto de cordas.

Como se vê, a Universidade Federal Fluminense é um complexo sistema de ensino, envolvendo de maneira direta cerca de 85.000 pessoas distribuídas por todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, além de ramificação no Estado do Pará. A este contingente expressivo soma-se uma quantidade ainda maior de pessoas com quem a UFF se relaciona de maneira direta ou indireta, como a parcela da sociedade atendida pelos projetos e programas, por prestadores de serviços e fornecedores, dentre outros. É a UFF, portanto, um centro de produção de conhecimentos, inovações e tecnologias que tem um raio de ação extremamente amplo e diversificado.

⁵ Dados referentes a bolsas foram obtidos do Núcleo Institucional de Dados Integrados - NIDI (<https://www.uff.br/?q=infodados>), consultado em 13/10/2022.

⁶ Informações disponíveis no Relatório de Gestão Institucional UFF 2021.

1.2 Áreas de Atuação Acadêmica

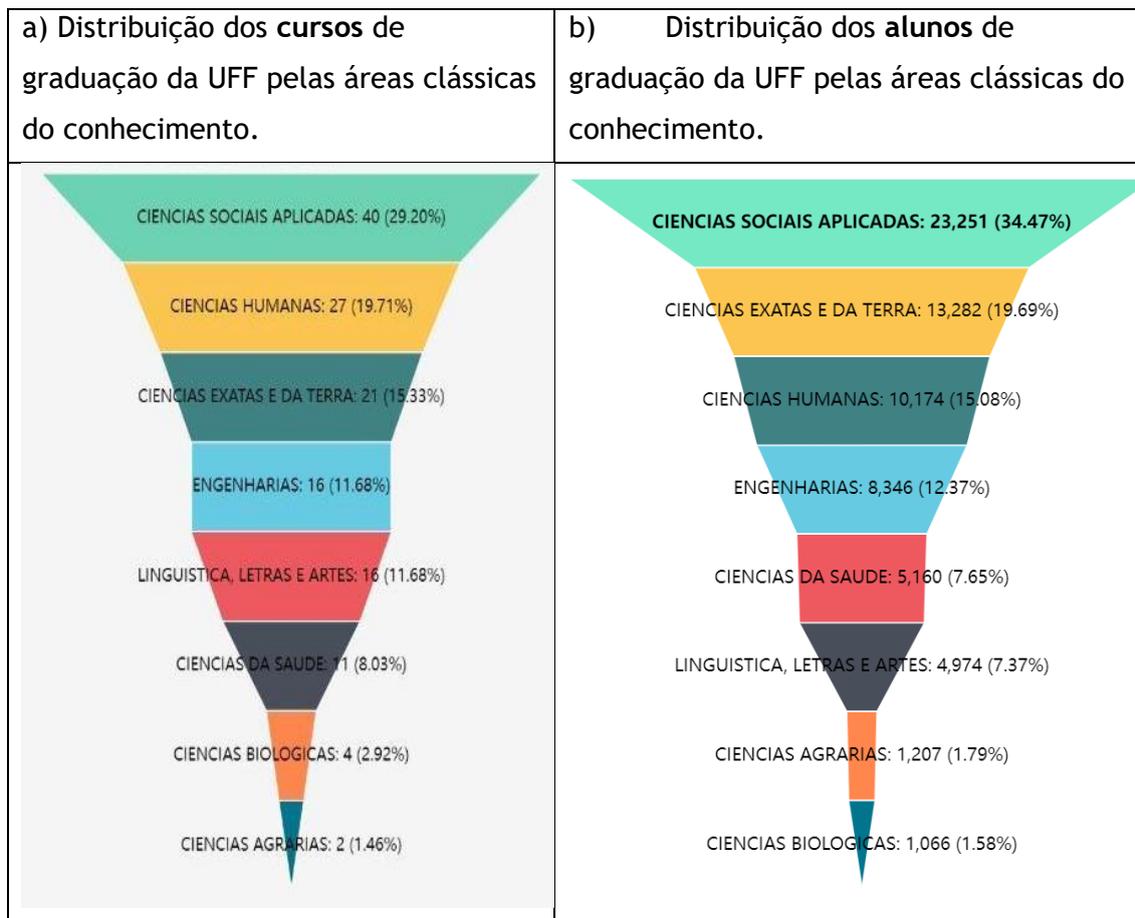
A Universidade Federal Fluminense tem como **Missão** “Promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento autossustentado do Brasil, com responsabilidade social”.

É com esta missão que a Universidade Federal Fluminense tem buscado desempenhar seu papel, formando cidadãos nas mais diferentes áreas do conhecimento e produzindo saberes que impactam a sociedade local, regional e nacional nas suas mais variadas demandas. Desde o seu nascedouro, a UFF se caracteriza por ser uma universidade plural, que atua de maneira diversificada em todas as áreas do conhecimento, sem qualquer restrição ou privilégios a qualquer destas áreas. Ao longo dos seus mais de 60 anos de existência, a Universidade tem experimentado um processo de expansão contínuo, em todos os níveis, ponderado pelo ambiente social, tecnológico e econômico de cada época.

O uso de novas tecnologias para o ensino, de formas e modalidades de ensino alternativas - novas ou que ainda requeiram consolidação -, e a incorporação de saberes, perspectivas e áreas atuais merecem especial atenção, considerando o processo altamente dinâmico e de mudanças permanentes da contemporaneidade. Nesse sentido, um apontamento necessário decorre das lições deixadas, ou ainda em processamento, pela pandemia provocada pelo SARS-Cov-2. Os desafios ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração tradicionais se impuseram, de modo a exigir de toda a comunidade educacional uma revisão e uma atualização em suas práticas.

Atualmente, o ensino nos níveis de graduação e de pós-graduação na UFF encontra-se consolidado, com cursos que abrangem essencialmente todo o espectro de conhecimento técnico, humano e social. A Figura abaixo mostra a distribuição de alunos e de cursos de graduação da UFF pelas oito grandes áreas clássicas do conhecimento. Como se vê, embora haja predominância das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e de Ciências Humanas, todas as demais áreas estão representadas em maior ou menor grau.

Figura 1. Distribuição de cursos (a) e de alunos (b) de graduação da UFF pelas oito áreas clássicas do conhecimento.



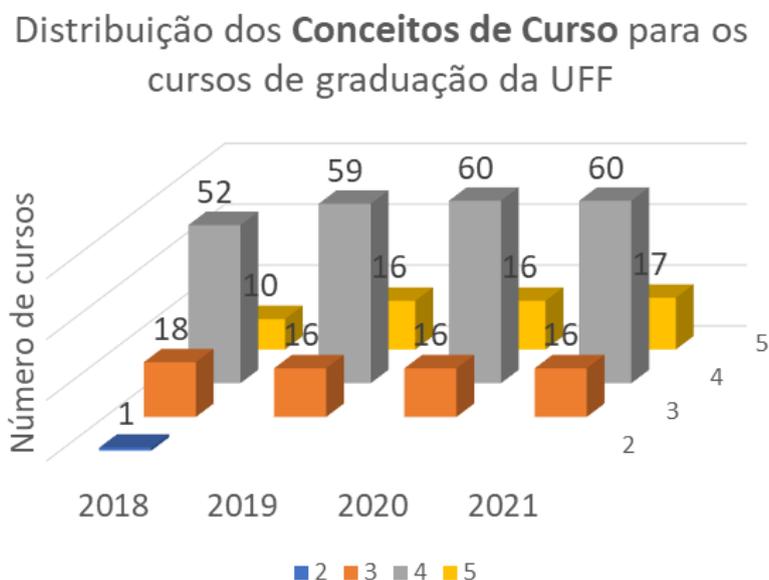
Fonte: Núcleo Institucional de Dados Integrados - NIDI (<https://www.uff.br/?q=infodados>), consultado em 13/10/2022.

A qualidade dos cursos de graduação da UFF, conforme avaliações realizadas pelo INEP, vem apresentando melhoria contínua ao longo dos últimos anos. Os gráficos abaixo mostram a evolução na qualidade dos cursos de graduação da UFF nos últimos quatro anos, medida pelos indicadores Conceito Preliminar de Curso (CPC)⁷ e Conceito de Curso (CC).⁸ Como se vê, o conceito 4 predomina nos dois indicadores. Tomando em conjunto os dois conceitos de excelência, 4 e 5, a UFF apresenta 77% (CPC) ou 83% (CC) dos seus cursos de graduação com esses conceitos no último ano analisado (2021).

⁷ O CPC é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo é feito com base na avaliação de desempenho dos estudantes no ENADE, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta dos cursos - corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos -, conforme metodologia aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

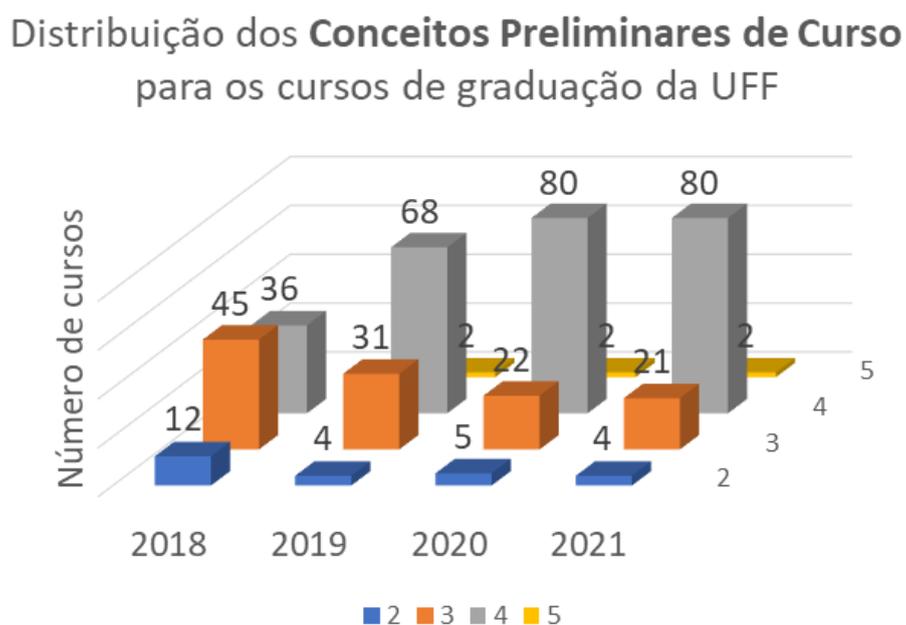
⁸ O Conceito de Curso (CC) é a nota final atribuída pelo MEC em relação à qualidade das graduações oferecidas pelas instituições de ensino superior brasileiras. É o conceito posterior ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), com caráter permanente.

Gráfico 1. Distribuição dos Conceitos de Curso para os cursos de graduação da UFF nos últimos quatro anos.



Fonte: Relatórios do PDI 2021 e PROGRAD.

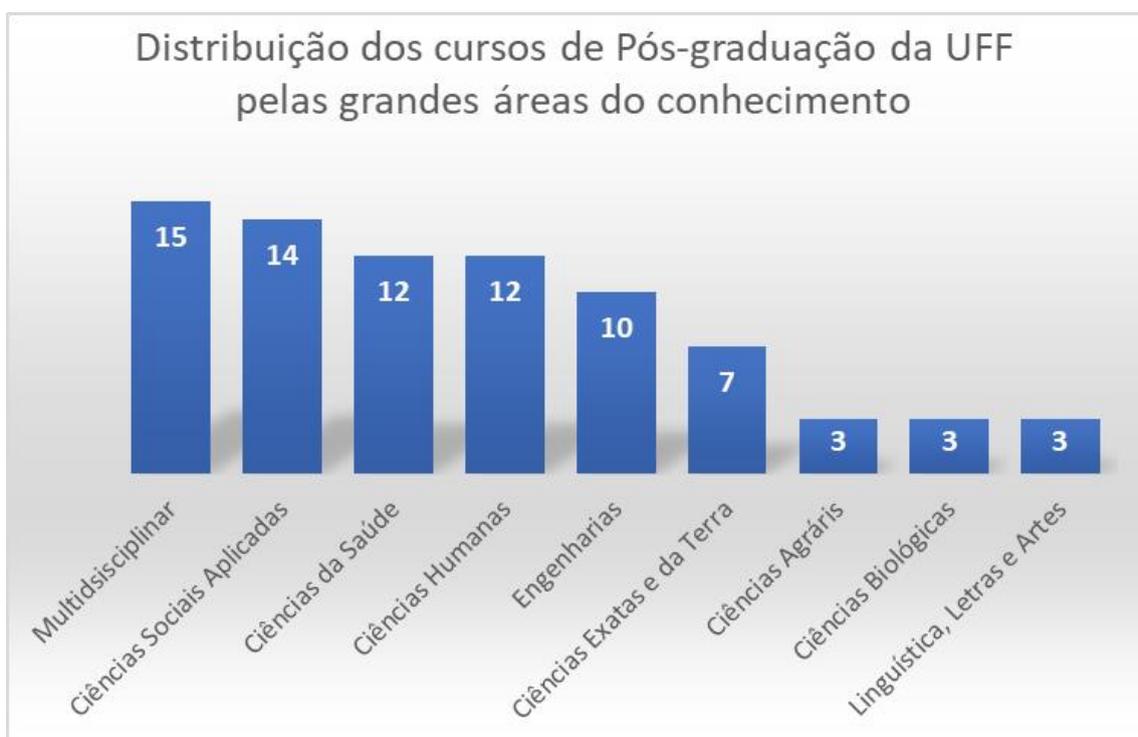
Gráfico 2. Distribuição dos Conceitos Preliminares de Curso para os cursos de graduação da UFF nos últimos quatro anos.



Fonte: Relatórios do PDI e PROGRAD.

Da mesma forma que no ensino de graduação, o ensino de pós-graduação na UFF também está consolidado nas diferentes áreas do conhecimento. A Figura 3 mostra a distribuição dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* pelas grandes áreas do conhecimento. Novamente se observa o predomínio de cursos na área de Ciências Sociais Aplicadas, embora a área Multidisciplinar, que incorpora os cursos com atividades transversais a diferentes áreas, tenha avançado em tempos recentes. Das 31 Unidades Acadêmicas com sede em Niterói, apenas 1 (Instituto de Educação Física) não sedia curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Os *Campi* localizados no interior do estado também têm avançado na implantação de programas de pós-graduação. Atualmente os *campi* de Volta Redonda, Santo Antônio de Pádua, Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras e Nova Friburgo são sede de programas de pós-graduação *Stricto Sensu*.

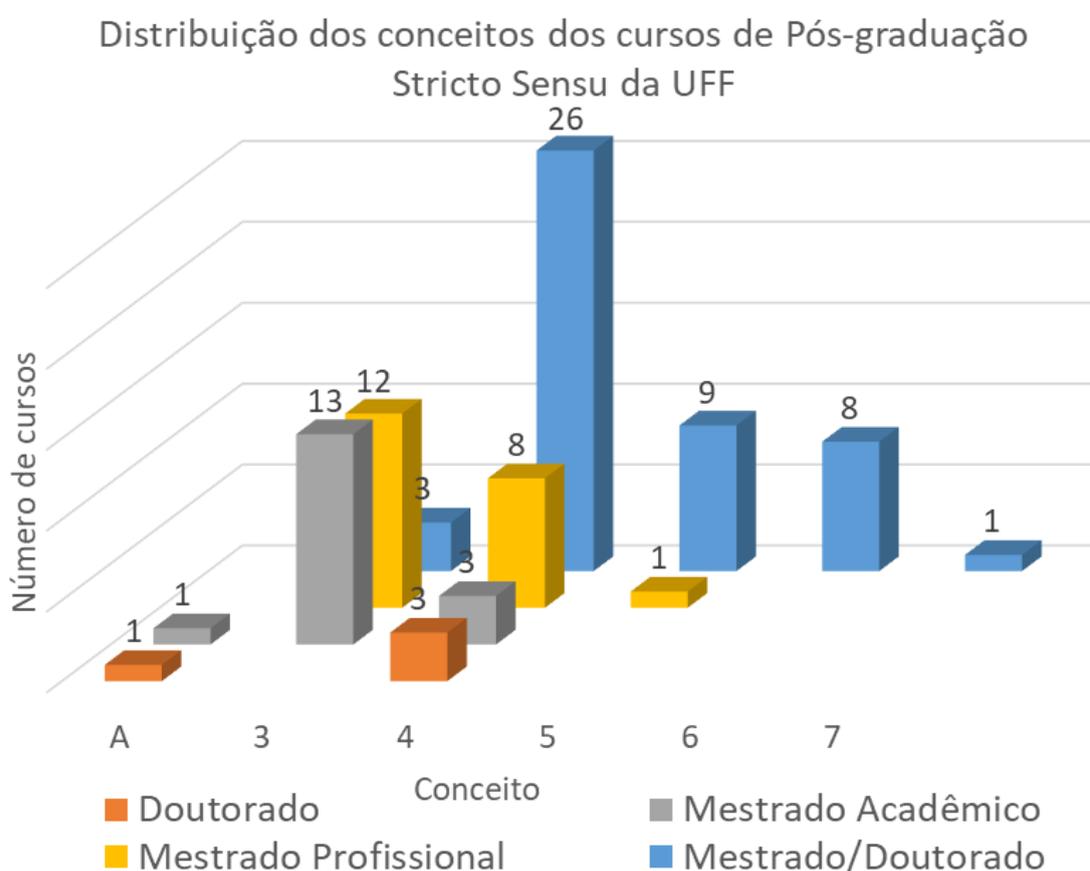
Figura 2. Distribuição dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFF pelas grandes áreas do conhecimento.



Fonte: Núcleo Institucional de Dados Integrados - NIDI (<https://www.uff.br/?q=infodados>), consultado em 13/10/2022.

Ao contrário dos cursos de graduação, onde, como dito anteriormente, a maioria expressiva tem conceitos de excelência, na pós-graduação faz-se necessário ainda um avanço na qualidade. A distribuição dos conceitos dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFF, conforme avaliação da CAPES, está na figura abaixo (conceitos considerando a avaliação de 2017). Dentre os programas de pós-graduação com cursos nos níveis de mestrado e doutorado ou apenas curso de doutorado predomina o conceito 4, ao passo que nos programas de pós-graduação que só possuem cursos de mestrado acadêmico ou mestrado profissional predomina o conceito 3.

Figura 3. Distribuição dos conceitos dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFF (considerando a avaliação da CAPES de 2017).

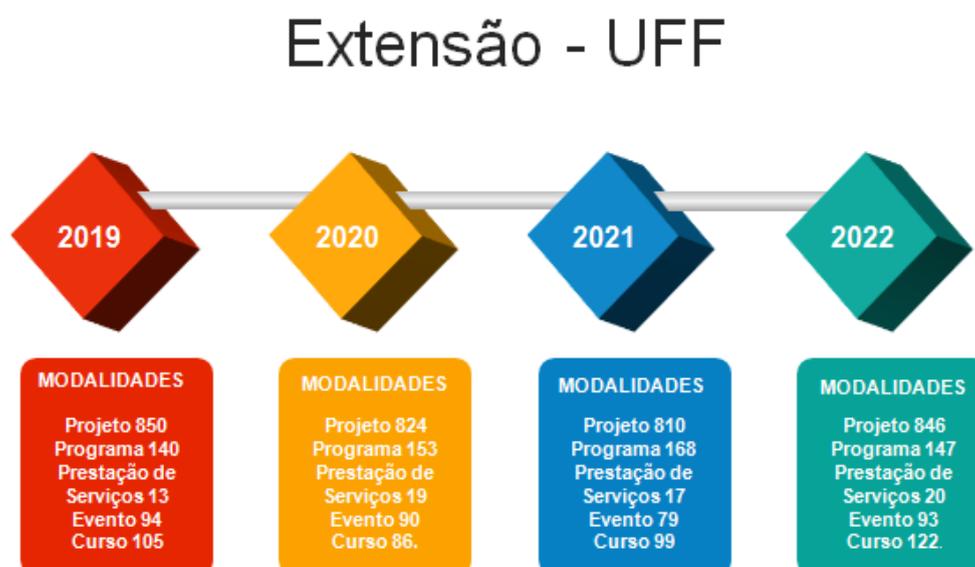


Fonte: GEOCAPES. O conceito A é atribuído a um curso recém-criado que ainda não passou por um processo de avaliação quadrienal.

Como um dos três pilares básicos da Universidade, a Extensão integra formalmente as atividades acadêmicas desde a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, visando a qualidade da educação e a transformação social. Ao

longo do tempo, a UFF foi sendo desenhada segundo as prioridades e reivindicações da sociedade, com ampliação das suas funções e seus compromissos com os diferentes grupos sociais. A interiorização da UFF, pela instalação de Unidades de Ensino em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, é uma decisão estratégica institucional de participar efetivamente do desenvolvimento social e econômico do Estado e do país, por meio da educação, inclusão e democratização do conhecimento. Além de cumprir sua missão de aproximar a universidade da sociedade, a extensão da UFF participa, cada vez mais, da vida acadêmica, tornando-se indispensável na formação de profissionais comprometidos com a sociedade e assegurando a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade. A distribuição das atividades extensionistas desenvolvidas pela UFF nos últimos quatro anos, por cada uma das modalidades da extensão, é indicada na figura abaixo.

Figura 4. Número de ações de extensão na UFF nos últimos 4 anos.

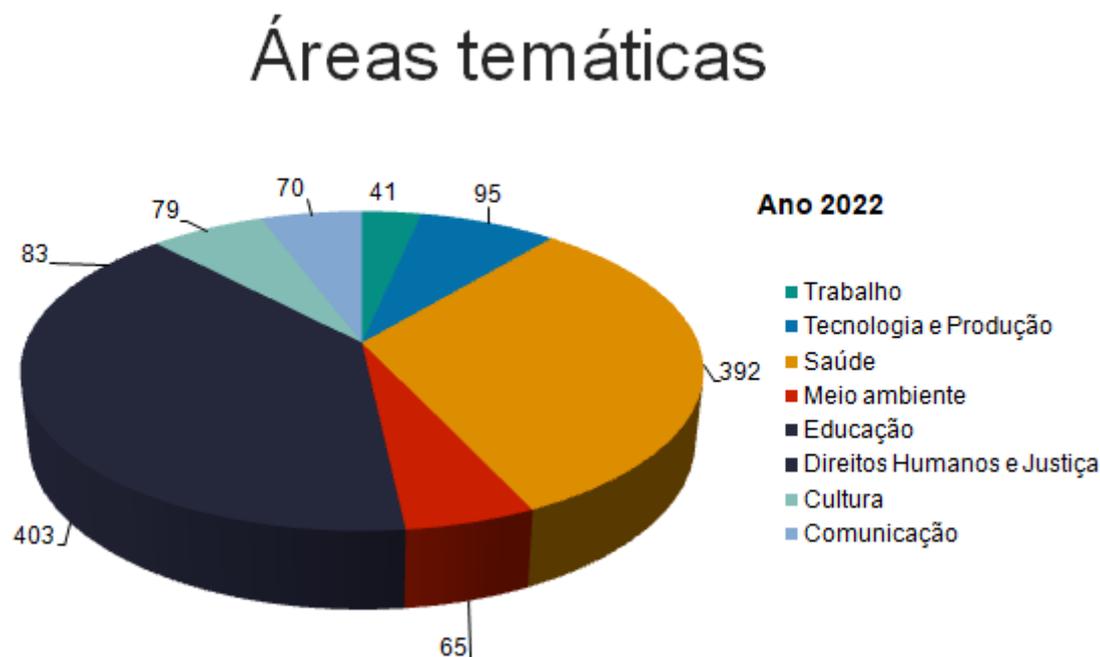


Fonte: PROEX.

A fim de dar respostas às necessidades da sociedade, o trabalho de extensão é distribuído em áreas temáticas, que tem por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária a grandes focos de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. A interdisciplinaridade é estimulada para criar

interfaces e interações entre os diferentes temas. A Figura a seguir mostra a distribuição das ações de extensão cadastradas na UFF, no ano de 2022, nas áreas temáticas citadas acima.

Figura 5. Distribuição das ações de extensão desenvolvidas pela UFF no ano de 2022 pelas diferentes áreas temáticas.



Fonte: PROEX.

A extensão, como parte fundamental do processo ensino-aprendizagem de forma dinâmica, reflexiva e autônoma, propicia o conhecimento interdisciplinar e desperta o interesse pelos aprendizados relacionados. A prática extensionista da UFF está vinculada às origens da universidade, o que favorece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, por conseguinte, a qualidade do ensino acadêmico e o impacto na formação cidadã do estudante. Não obstante, a extensão é relativamente nova quando comparada ao ensino e à pesquisa, ambas trazendo consigo séculos de discussão. É recente a concepção da extensão como atividade acadêmica, incluída nos projetos pedagógicos e participe da formação de profissionais comprometidos com a sociedade.

A participação do estudante nas ações de extensão deve estar sustentada em

iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de extensão universitária. Nesse campo, a UFF está experienciando a extensão integrada ao Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 e a Resolução do MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, os quais estabelecem as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. É uma construção coletiva envolvendo a PROEX, a PROGRAD, as Coordenações e Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação, impondo um verdadeiro desafio institucional. A partir de uma análise envolvendo os objetivos acadêmicos do curso e perfil do egresso, além da demanda social relacionada, tem sido possível definir a forma pela qual as atividades de extensão devem ser inseridas como dimensão acadêmica na formação dos estudantes. É fundamental que haja protagonismo do discente e envolvimento direto da comunidade externa. Porém, a maior dificuldade observada tem sido a inclusão da extensão no Projeto Pedagógico do Curso, sem acarretar o aumento da carga horária total para integralizar o currículo, tampouco subtrair o conteúdo fundamental pré-existente. Faz-se necessário compreender e praticar atividades acadêmicas que transcendam a sala de aula, transformando conteúdos teóricos em atividades práticas desenvolvidas junto à comunidade.

Ações extensionistas sincronizadas com as demandas sociais contribuem para a solução de questões regionais e auxiliam a formação profissional cidadã. Promover a educação e possibilitar que o ensino esteja integrado com a realidade social é uma das funções da universidade, visando a formação de profissionais comprometidos com a realidade social, contribuindo com as políticas públicas, promovendo ações transformadoras, democráticas e inclusivas e contribuindo para superar as desigualdades existentes em nossa sociedade.

1.1. Missão

Promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento autossustentado do Brasil, com responsabilidade social.

1.2. Visão

A UFF será reconhecida, nacional e internacionalmente, pela excelência dos seus cursos e de sua produção científica e pelo impacto social das suas atividades.

1.3. Valores

As ações e atividades desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense serão guiadas pelos seguintes valores:

Ética, Integridade e Transparência;

Equidade e Inclusão;

Excelência Institucional;

Responsabilidade Social.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional - 2023-2027, o Gabinete do Reitor fez publicar a Portaria UFF No. 68.355, de 23 de maio de 2022, que designa servidores para compor “Comissão para elaborar a proposta de Projeto Pedagógico Institucional, a ser integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional UFF 2023-2027”. A Comissão teve sua primeira reunião em 19/05/2022 e desde então vem mantendo um cronograma regular de reuniões, por via remota. Após discussões iniciais sobre a metodologia a ser adotada no trabalho da Comissão, esta decidiu-se por elencar um conjunto de “Eixos Mobilizadores”, sobre os quais deveriam centrar as discussões para elaboração do documento. Os seguintes Eixos Mobilizadores foram elencados pela Comissão, com indicação de subtemas que deveriam ser incorporados às discussões:

1. Excelência Acadêmica, Científica e Social

Subtemas: Inovações no Ensino - Aprender, Ensinar, Criar, Aplicar e Cooperar; Qualificação da Pós-Graduação; Internacionalização; Diálogo Científico - Pesquisa

como instrumento para o Ensino e Interdisciplinaridade.

2. Infraestrutura e Tecnologias de Suporte ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão

Subtemas: Infraestrutura para o Ensino; Infraestrutura para a Pesquisa; Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação; Sustentabilidade.

3. Relação Universidade - Comunidade

Subtemas: Impacto e Transformação Social; Democratização e Popularização do Conhecimento; Universidade - Meio; Conhecimento a Serviço da Sociedade.

4. Direitos Humanos e Responsabilidade Social

Subtemas: Responsabilidade Social, Inclusão Social, Diversidade e Diferenças, Questões Étnico-Raciais, Ações Afirmativas, Pessoas com Deficiência.

5. Desenvolvimento Regional

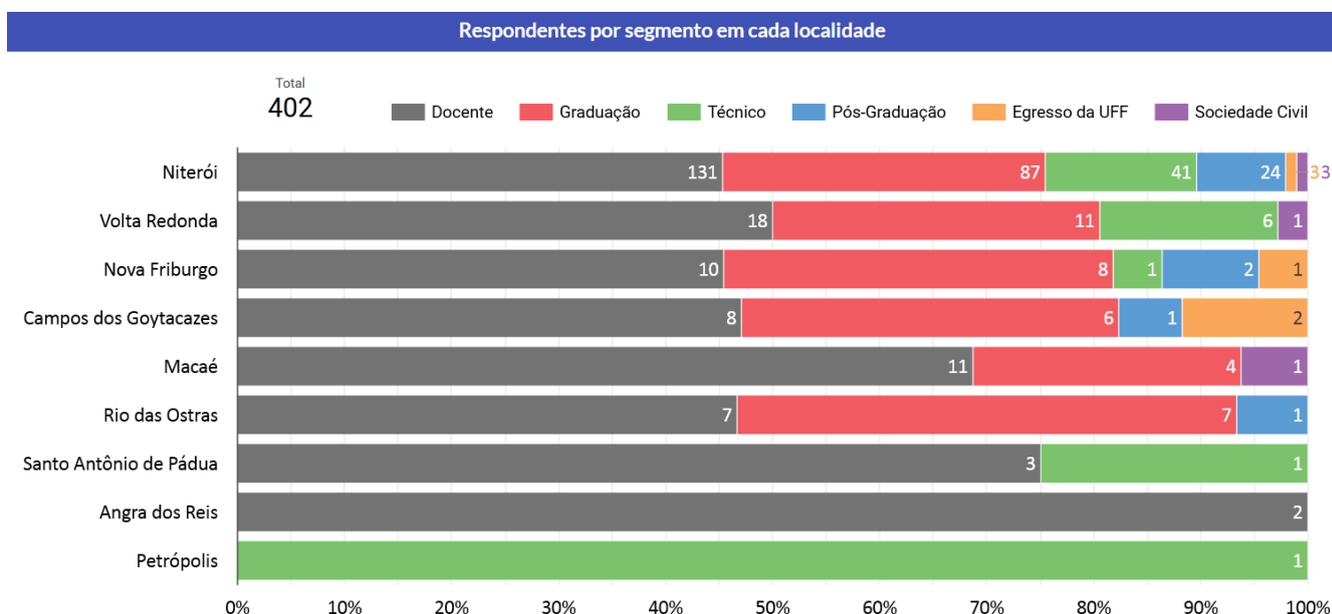
Subtemas: Desafios Locais, Regionais e Globais (ambiente, saúde, desigualdade, novas tecnologias, relação espaço-tempo alterada).

Após a discussão sobre os Eixos Mobilizadores, a Comissão decidiu pela elaboração de um questionário que foi submetido à consulta da comunidade acadêmica e demais entes relacionados à UFF, no período entre agosto e setembro de 2022. Os Eixos Mobilizadores foram apresentados e a pergunta central referiu-se à relevância que a comunidade atribuía a cada um deles. Adicionalmente, uma questão em aberto indagava sobre possíveis ênfases aos eixos apresentados, além da possibilidade de apresentação de comentários adicionais. Foi muito gratificante para a Comissão perceber a seriedade e comprometimento nas respostas apresentadas ao questionário, inclusive com agradecimentos e elogios pela sua formulação. Enquanto isso, a Comissão manteve reuniões internas, distribuídas em subgrupos, para discussões em torno dos eixos elencados. Os resultados obtidos da consulta feita à comunidade são mostrados nas Figuras a seguir.

Do total de 402 respondentes, em relação à pergunta “Você conhece o PPI vigente?” 229 (57%) responderam que não e 173 (43%) que sim. Em relação ao segmento dos respondentes foram 190 (47,3%) docentes, 123 (30,6%) estudantes de graduação, 50 (12,4%) técnico-administrativos, 28 (7%) estudantes de pós-graduação, 6 (1,5%) egressos da UFF e 5 (1,2%) representantes da sociedade civil, divididos por localidade sendo 289 (71,9%) de Niterói, 36 (9%) de Volta Redonda, 22 (5,5%) de Nova Friburgo, 17 (4,2%) de Campos dos Goytacazes, 16 (4%) de Macaé, 15 (3,7%) de Rio das Ostras, 4

(1%) de Santo Antônio de Pádua, 2 (0,5%) de Angra dos Reis e 1 (0,2%) de Petrópolis, conforme a Figura abaixo.

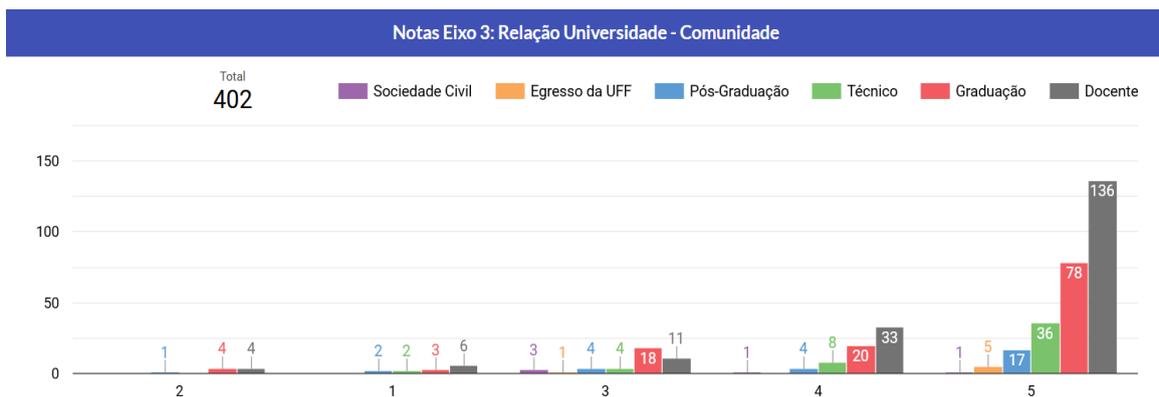
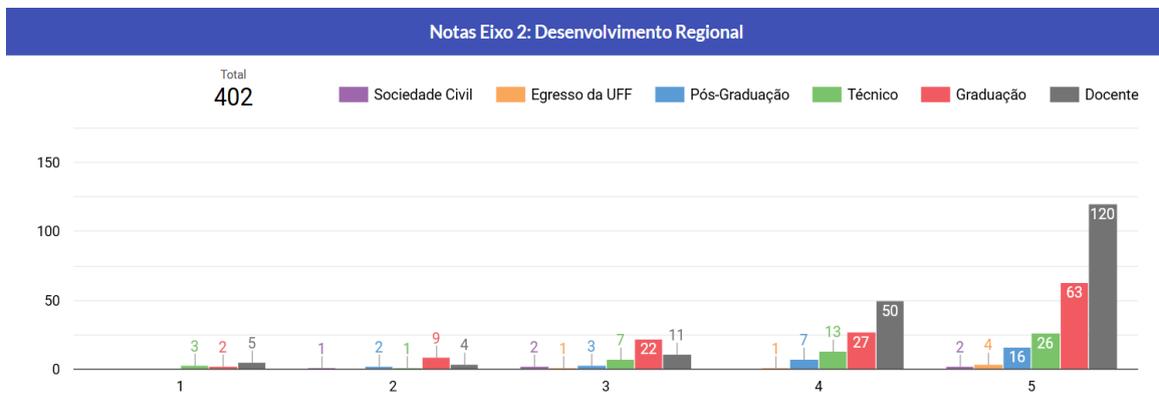
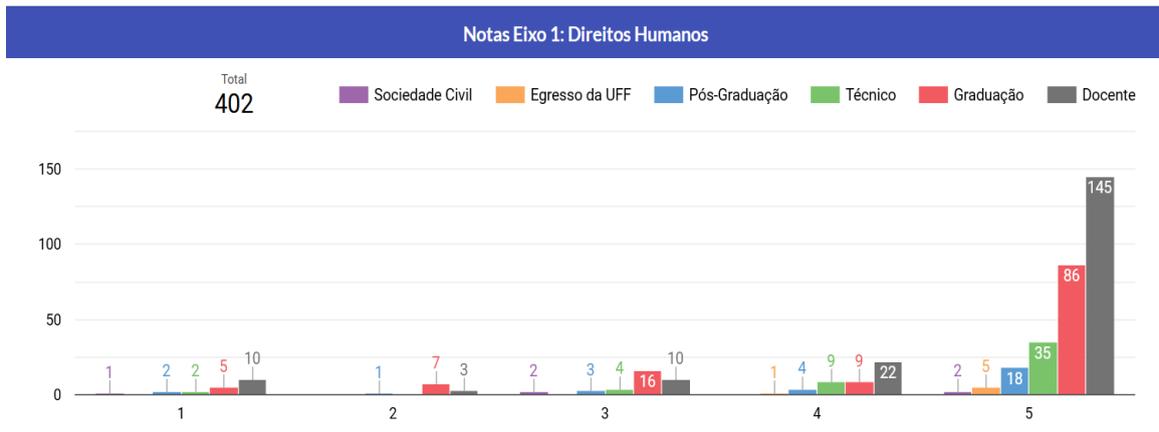
Figura 6. Respondente por segmento em cada localidade.



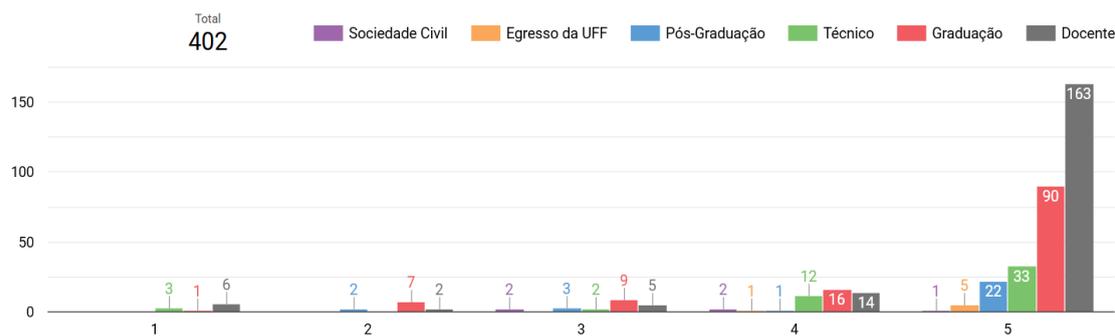
Sobre os respondentes, se identificaram em relação ao gênero: 226 (56,2%) feminino, 165 (41%) masculino, 5 (1,2%) não binário, 2 (0,5%) agênero, 1 (0,2%) mulher trans e 3 (0,7%) preferiram não informar. Em relação à raça, 258 (64,2%) branca, 74 (18,4%) parda, 50 (12,4%) preta, 4 (1%) amarela e 16 (4%) preferiram não informar. Em relação a deficiências e/ou transtornos, 371 (92,3%) não tinham nenhuma deficiência e/ou transtornos, 8 (2%) informaram ter transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), 5 (1,2%) transtorno do espectro autista (TEA), 5 (1,2%) altas habilidades/superdotação (AH/SD), 4 (1%) baixa visão, 3 (0,7%) deficiência física, 3 (0,7%) deficiência auditiva, 2 (0,5%) deficiência visual e 1 (0,2%) dislexia.

Todos os eixos receberam notas que foram dadas de acordo com o grau de importância ou de relevância atribuídas pelos respondentes a cada um deles, em uma escala de 1 a 5 (sendo 5 o maior valor). Considerando a nota mínima 1 e a máxima 5, os eixos receberam as notas mostradas nas figuras abaixo:

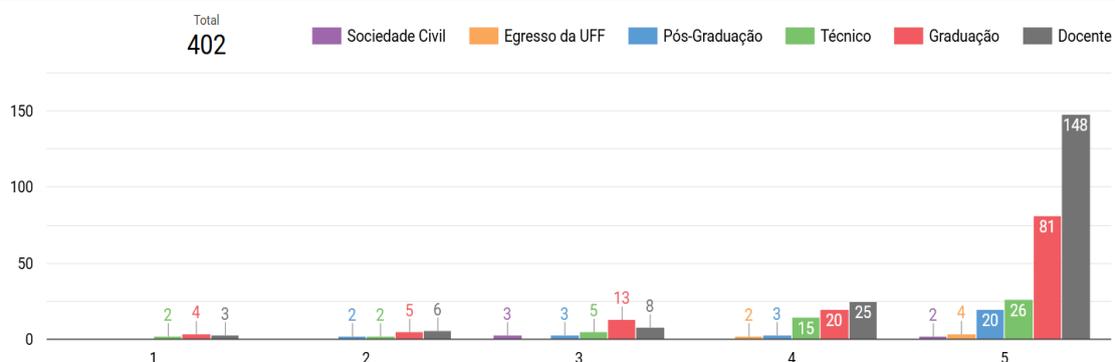
Figura 7. Notas atribuídas pelos respondentes aos diferentes eixos mobilizadores.



Notas Eixo 4: Excelência Acadêmica, Científica e Social



Notas Eixo 5: Infraestrutura e Tecnologias de suporte ao Ensino, Pesquisa e Extensão



A média ponderada das notas atribuídas aos diferentes eixos foi a seguinte: Eixo 1 - Excelência Acadêmica, Científica e Social: 4,6; Eixo 2 - Infraestrutura e Tecnologias de Suporte ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão: 4,5; Eixo 3 - Relação Universidade - Comunidade: 4,4; Eixo 4 - Direitos Humanos: 4,4; Eixo 5 - Desenvolvimento Regional: 4,3.

Com relação às perguntas abertas, apresentamos três nuvens de palavras, uma para cada questão:

1. Há algum outro eixo que você considere fundamental para ser abordado?

78,3% dos respondentes disseram que não há outro eixo a ser abordado. Dos 21,7% que responderam sim, extraímos a nuvem de palavras mostrada na Figura a seguir.

Nas considerações finais destacam-se os cumprimentos, agradecimentos e elogios à iniciativa da consulta à comunidade acadêmica no momento da elaboração do PPI. A importância tanto do PPI quanto do PDI é realçada, inclusive com sugestões de maior divulgação e da realização de eventos visando aprofundar o debate sobre ambos.

Um constrangimento real apontado para a implementação do PPI é a realidade material e sociocultural do estudante, nos últimos anos e provavelmente no curto prazo, agravada pela pandemia.

Os resultados da consulta à comunidade indicam uma forte preocupação com o papel social da Universidade. Além de referendar os eixos mobilizadores apontados pela Comissão, com cerca de 78% dos respondentes identificando os eixos indicados como os mais relevantes, nas respostas abertas, a referência a temas associados às questões sociais é recorrente. A atenção especial aos grupos minoritários, às questões de raça e gênero, ao atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, à observância da responsabilidade e inclusão social, são temas que foram citados com frequência. Também teve destaque nas respostas apresentadas a preocupação com a capacitação de servidores técnicos e docentes. Em particular, neste último grupo, há indicação da necessidade de capacitação para o exercício da função docente, uma preocupação que deve ser permanente na universidade. O investimento em novas tecnologias para o ensino, que resultem em modificações profundas nas relações professor-aluno e que contribua para uma formação humanitária de seus profissionais é uma ação que deve ser buscada pela universidade. Por fim, merece destaque a preocupação com a saúde mental dos membros da comunidade acadêmica neste período de pós-pandemia. A universidade deve buscar implementar políticas de atendimento especial à saúde mental da sua comunidade.

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1 Princípios filosóficos e metodológicos gerais

A UFF tem como meta principal cumprir a sua missão, qual seja, promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de cidadãos imbuídos de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento autossustentado do Brasil, com responsabilidade social. A UFF entende que, enquanto um dos atores relevantes do sistema de ensino e produção de conhecimento nacional, deve aliar sua missão de

desenvolver e difundir o conhecimento a um sentido prático de amplo e profundo engajamento social, consubstanciando a essência de sua tripla natureza enquanto instituição de pesquisa, de formação profissional e de transformação social. Seus valores devem privilegiar a equidade e a ética como suportes de um conhecimento que responda a padrões qualitativos universais na sua produção, com a intenção explícita de se constituir em uma universidade de classe mundial, mas que focaliza, prioritariamente, a realidade brasileira na sua aplicação.

Para a formação adequada de seus estudantes, a universidade deve constituir programas e currículos que sejam atualizados com uma regularidade capaz de acompanhar o dinamismo do conhecimento e das tecnologias que ele gera, e que sejam flexíveis o suficiente para contemplar a diversidade de interesses de discentes e de docentes. Deve proporcionar amplas oportunidades de engajamento do estudante na pesquisa e em atividades práticas sintonizadas com as necessidades de nossa sociedade, valendo-se, inclusive, de convênios celebrados com instituições públicas ou privadas. Deve fomentar entre seus docentes a busca por técnicas pedagógicas de eficácia comprovável e apoiar sua efetiva implementação, inclusive colocando a seu serviço uma infraestrutura computacional e de mídia que torne exequível o uso pleno da tecnologia.

3.2 Organização didático-pedagógica

No que tange à sua **organização didático-pedagógica**, a Universidade Federal Fluminense **reconhece possibilidades de desenvolvimento de processos presenciais, semipresenciais e híbridos de ensino e aprendizagem na Educação Superior**. Tem como horizonte o encorajamento à cooperação entre os membros de sua comunidade, ao reconhecimento de diferentes saberes, estudos e competências, bem como o estímulo à flexibilização dos currículos e dos percursos acadêmicos e formativos. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos devem buscar: a oferta de meios e oportunidades diferenciadas de integralização curricular; a promoção de abordagens que aproximem e articulem teorias, práticas e estágios; a consolidação da curricularização da extensão; o incentivo ao pensamento crítico, à imaginação criativa e ao desenvolvimento de materiais pedagógicos; a incorporação de diversificadas ferramentas tecnológicas e estratégias pedagógicas nos processos de ensino-aprendizagem; aperfeiçoamento do acolhimento e do atendimento a necessidades educacionais diferenciadas.

Para promover a flexibilização dos componentes curriculares dos cursos, a UFF

buscará estimular organizações curriculares que reforcem componentes obrigatórios de escolha, optativos e eletivos, uma vez que eles permitem ao estudante assumir o papel de corresponsável pelo seu percurso formativo. Um componente importante na flexibilização curricular é a mobilidade, interna e externa, entendendo que ela enriquece a formação e oferece oportunidades diferenciadas de integralização curricular.

No âmbito da extensão, é necessário consolidar o que determina o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 e a Resolução do MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, os quais estabelecem as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, com a inclusão de 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social. Sendo as ações de caráter multidisciplinar, integradas às atividades de pesquisa e ensino, executadas por discentes e orientadas por docentes.

A UFF buscará uma maior articulação entre atividades de natureza teórica, prática, de estágio e de extensão. Entende-se que é necessário ao estudante possuir um sólido embasamento teórico-prático para que seu contato direto com a atividade profissional, por meio do estágio e ações extensionistas, seja proveitoso. Além disso, a universidade se empenhará para promover uma maior aproximação com as instituições concedentes de estágios, considerando que elas fazem parte da formação inicial de nossos estudantes e que uma relação de diálogo entre essas duas instâncias é importante para uma formação eficaz e associada aos anseios da sociedade.

Um aspecto a ser reforçado nos Projetos Pedagógicos da UFF é o avanço nas práticas pedagógicas, especialmente nos cursos de graduação, com métodos e processos adequados também às necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e neurodivergentes. É necessário avançar no desenvolvimento de materiais pedagógicos, em particular na produção e publicação de materiais pedagógicos acessíveis. A incorporação de avanços tecnológicos será estimulada, especialmente por meio do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no ensino, com a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, de vídeo aulas, de aplicativos digitais, dentre outros, incorporando quesitos de acessibilidade voltados para as pessoas com necessidades educacionais diferenciadas.

Serão trabalhados, ainda, aspectos relativos aos turnos dos cursos, incentivando a redução do número de graduações em turno integral e estimulando horários parciais.

Igualmente, serão valorizados ajustes no tempo de duração dos cursos. Possibilitar ao estudante conciliar a sua formação acadêmica com outras atividades que possam contribuir para a sua permanência na universidade e para a conclusão do curso é um aspecto importante. A conciliação dos estudos com as atividades remuneradas na universidade será incentivada, inclusive, com estímulo a uma organização curricular que seja suficientemente flexível para realização de tais atividades, seja na própria universidade por meio de bolsas e projetos, seja no espaço social fora da universidade.

A seguir, são apresentados os detalhes da organização didático-pedagógica segundo cada um dos Eixos Mobilizadores elencados antes.

3.3 Eixos Mobilizadores

3.3.1 Excelência Acadêmica, Científica e Social

Como um dos Eixos Mobilizadores do Projeto Pedagógico Institucional, a Excelência Acadêmica, Científica e Social aponta para o que há de mais genuíno e fundamental quando se fala em uma instituição de ensino sustentada em valores e perspectivas humanísticas e progressistas: a incessante busca pelo pleno desenvolvimento humano e científico, de forma equilibrada e referenciada socialmente. É com isso em mente que serão delineadas, a seguir, quatro diretivas que se pretende atingir, sem pretender esgotar ou tornar estanques as suas diversificadas possibilidades de expressão nas diferentes políticas em processo ou em vias de desdobramento no ciclo de desenvolvimento institucional proposto.

3.3.1.1 Inovações no Ensino - Aprender, Ensinar, Criar, Aplicar e Cooperar

Como diretiva inicial desse eixo, temos “Inovações no Ensino”, com movimentos traduzidos em palavras-chave como “Aprender”, “Ensinar”, “Criar”, “Aplicar” e “Cooperar”, que têm o objetivo de apontar para o estímulo à curiosidade intelectual e para abordagens e ferramentas pedagógicas que ultrapassem a perspectiva tradicional de “transmissão e absorção” do conhecimento segundo uma lógica unilateral. A tônica aqui é entender a inovação no ensino - em seus diferentes graus - como:

- processo educativo em que professores, técnicos e estudantes são agentes ativos no processo de construção e disseminação do conhecimento;
- reconhecimento e respeito às diferentes formas de existir e se relacionar;

- exercício de cidadania e expressão - e ao mesmo tempo motor - de desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, a UFF, enquanto uma instituição de ensino superior pública, assume como **princípio** a *missão de aliar sua função de construir, desenvolver e de difundir o conhecimento a um sentido prático de amplo e diversificado engajamento social*, consubstanciando sua essência de pesquisa, de formação profissional e de desenvolvimento da sociedade. Seus **valores** devem *priorizar a equidade, a diversidade e a ética como suportes a um processo educacional e de conhecimento que corresponda a padrões qualitativos universais em sua produção e disseminação*, com a intenção explícita de se constituir em uma universidade de classe mundial, mas que *privilegie a realidade brasileira em sua aplicação e retorno*.

Para a *formação acadêmica, profissional e cidadã* de seus estudantes, a Universidade deve *ser capaz de constituir e manter* programas e currículos que sejam atualizados com uma regularidade *que acompanhe* o dinamismo do conhecimento e das tecnologias que ele gera e *emprega*, e que sejam flexíveis e *consistentes* o suficiente para contemplar a diversidade *de movimentos* e interesses de discentes, de docentes e da comunidade *que integram*. Nesse processo, a *instituição* deve proporcionar amplas oportunidades de engajamento dos estudantes em *projetos de ensino, de pesquisa e extensão* e em atividades práticas sintonizadas com as necessidades de nossa sociedade e tendo em perspectiva os *desafios em que se insere em escala local e global*. Entre os docentes, a Universidade deve *estimular o diálogo e a cooperação* e deve fomentar a *busca por abordagens, métodos e técnicas pedagógicas* de eficácia comprovável, e, nessa esteira, apoiar sua implementação e *avaliação*, inclusive colocando a seu serviço *programas de capacitação* e infraestrutura computacional e de mídia que *torne executáveis* o exercício de metodologias inovadoras e o uso pleno da tecnologia.

Para promover a oferta de *meios e oportunidades* diferenciadas de integralização curricular, a UFF buscará estimular organizações curriculares que, *para além de contemplar o previsto em Diretrizes Curriculares Nacionais - e documentos equivalentes -*, permitam ao estudante *refletir* e assumir o papel de corresponsável pelo seu percurso formativo. Nessa esteira, serão valorizadas iniciativas no sentido de *reduzir estruturas de pré-requisitos e correquisitos* nas matrizes curriculares, entendendo que tais elementos, quando em número excessivo, podem oferecer obstáculos à fluidez do percurso formativo e desestimular a participação e as escolhas do estudante no processo de formação e *desenvolvimento na sociedade*.

Também serão valorizadas a mobilidade interna (entre os *campi* da UFF, possibilitando ao estudante cursar uma parte de seu curso em outro município) e a mobilidade externa à universidade, tanto regional, quanto nacional e internacional (possibilitando o contato do estudante com outros contextos, instituições e perspectivas sobre a sua formação). Outro meio diferenciado de integralização curricular a ser prestigiado é permitir ao estudante cursar disciplinas em modalidade de ensino, presencial ou a distância, diferente daquela de seu curso de origem. No âmbito dessas ações, pretende-se *reafirmar o aproveitamento de estudos* sob uma perspectiva que supere o cotejo de programas e que se aproxime do entendimento de equivalência do conteúdo formativo.

A promoção de abordagens que aproximem e articulem teorias, práticas e estágios continuará a ser desenvolvida por meio do estreitamento de relações com as instituições concedentes de estágios, considerando que *são elementos partícipes* da formação dos estudantes, de atividades e trabalhos de campo e projetos acadêmicos de iniciação à docência, de educação tutorial, de ensino, de pesquisa e de extensão.

O incentivo ao pensamento crítico, à imaginação criativa e ao desenvolvimento de materiais pedagógicos por docentes, técnicos e por estudantes envolvidos nos diversos programas acadêmicos da universidade continuará a ser impulsionado por meio de Editais e outras iniciativas que objetivem a publicação do material pedagógico produzido no âmbito da UFF, tanto na Educação Básica, quanto na graduação e na pós-graduação.

A incorporação de diversificadas ferramentas tecnológicas e estratégias pedagógicas nos processos de ensino-aprendizagem é ressignificada a partir dos movimentos que se intensificaram no desafiador período de pandemia. Eles nos permitem descortinar e explorar as potencialidades e as fragilidades dos processos de ensino e aprendizagem para além do habitual e do emergencial. O alargado uso de tecnologias de informação e comunicação, a ampliação do acesso remoto a fontes, documentos, informações e pessoas, as perceptíveis mudanças nas relações com o tempo e com o espaço propiciam reflexões sobre as transformações das necessidades humanas e, em nosso contexto, da educação. A ampliação do escopo de sala de aula e de espaço/ambiente de aprendizagem acompanhará as tendências virtuais ou digitais, com plataformas, vídeo-aulas e aplicativos, e também reconhecerá a importância dos espaços físicos como espaços privilegiados de encontros, trocas e práticas, ambos incorporando quesitos de acessibilidade a pessoas com necessidades educacionais diferenciadas.

Serão valorizadas, nesse contexto, experiências que superem a exposição oral pelo docente como único meio para possibilitar a construção de conhecimento e que valorizem uma participação mais ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Faz parte desse contexto o cuidado com os processos de avaliação de aprendizagem e o incentivo à adoção de procedimentos avaliativos continuados. Possibilitar ao estudante conciliar a sua formação acadêmica com outras atividades que possam contribuir para a sua permanência na universidade e para a conclusão do curso é um aspecto importante. Para isso, cabe reforçar a compreensão de que a carga horária total prevista para a conclusão dos cursos diz respeito, também, *ao esforço exigido ou empregado para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de formação*, inclusive aquelas realizadas fora da sala de aula, como o tempo dedicado ao estudo, leituras e exercícios - e não somente com aulas. *Poderão* ser trabalhados aspectos relativos aos turnos dos cursos, incentivando a redução do número de graduações em turno integral e estimulando horários parciais. Igualmente, *poderão* ser valorizados ajustes no tempo de duração dos cursos.

Para atuar no aperfeiçoamento *do acolhimento* e do atendimento a necessidades educacionais diferenciadas e viabilizar a autonomia dos estudantes no seu percurso formativo, é importante que os cursos estejam sintonizados ao público ao qual se destinam. Assim, os processos de reformulações curriculares e pedagógicas devem observar a finalidade de aproximar o conhecimento prévio dos estudantes àquele que é requerido nos cursos. Outro meio importante no agenciamento dessa aproximação - e enfrentar a evasão - se dá, por exemplo, por meio de projetos de ensino, de monitoria, de tutoria, de extensão que devem continuar a ser incentivados.

- **Políticas de ensino**

Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação (PPC) da universidade deverão ter como base os princípios, as diretrizes e as políticas institucionais descritas a seguir.

Princípios básicos

As políticas de ensino da UFF deverão pautar-se nos seguintes princípios básicos:

a) formação de cidadãos preparados para intervir *na sociedade* e no mundo profissional de forma ética, *consciente e socialmente referenciada*;

b) combate à desigualdade, ao preconceito e *às formas de discriminação de classe, de gênero, étnico-racial, religiosa, etária, de origem nacional, de atributos físicos ou intelectuais*;

- c) busca da equidade no acesso à educação básica e superior;
- d) acolhimento ao estudante, entendido como figura central do ensino na universidade;
- e) *fortalecimento de relações sustentáveis e cooperativas entre as pessoas e entre as organizações e instituições;*

Diretrizes

A partir dos princípios indicados acima, as seguintes diretrizes deverão orientar as atividades de ensino na UFF:

- a) ênfase em *processos educativos reflexivos, ativos e cooperativos* que busquem o sucesso acadêmico;
- b) *organização centrada no estudante;*
- c) busca da *excelência acadêmica, científica e social.*

Políticas institucionais

Considerando as três diretrizes das políticas de ensino acima explicitadas, há alguns avanços que devem ser considerados em todos os níveis educativos contemplados pela UFF.

No que diz respeito ao currículo, os cursos de graduação devem organizar suas propostas curriculares associando as Diretrizes Curriculares específicas, *quando existirem*, às demandas *sociais e dos ramos intelectual, laboral e profissional* ao qual os estudantes formandos se encaminham. Dessa forma, é importante aproximar formação, *sociedade* e trabalho, tanto por meio da ampliação e da aproximação com os campos de estágio e de extensão, conforme indicado na seção Organização didático-pedagógica deste documento, quanto por uma organização curricular que articule de forma mais intensa a relação entre teoria e prática, com foco nesta última, sempre que a natureza do curso permitir *e valorizar*. Também serão estimuladas iniciativas que busquem a flexibilidade dos currículos e, mais ainda, a organização de Projetos Pedagógicos de Curso que tenham como foco o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, ancorados na noção de que a construção do conhecimento pelos estudantes é o seu objetivo primordial. Assim, sempre que necessário, o escopo dos componentes curriculares deverá ser redesenhado com foco em seu público-alvo, em seu

conhecimento prévio, em sua preparação para aquele conjunto de conteúdos e em seu desenvolvimento *intelectual e social, de habilidades e de competências*.

Outro aspecto que deve ser primordial no ensino é a centralidade no estudante. Nesse âmbito, percursos formativos mais abertos promovem a permanência do estudante na universidade, o *desenvolvimento da formação* e do conhecimento e a conclusão dos seus estudos. A evasão deve ser *enfrentada por meio de iniciativas que relacionem, por exemplo, o acolhimento aos estudantes e um cuidado especial na escolha dos docentes das disciplinas oferecidas aos ingressantes*. Os responsáveis por esses componentes curriculares *devem refletir sobre* e estar alinhados ao processo de acolhimento e à compreensão de que são necessárias estratégias de ensino-aprendizagem adequadas ao público ao qual se destina o curso. *Tal preocupação com o ensino, no entanto, não deve envolver apenas professores dos primeiros períodos do curso, mas deve ser uma constante ao longo de todo o processo formativo*. Práticas docentes que superem as aulas expositivas e invistam na interlocução explícita com os estudantes e *em metodologias educacionais contemporâneas* devem ser valorizadas.

Ainda como elemento importante na busca pelo sucesso acadêmico e pela centralidade no estudante, será valorizada a *utilização* de ambientes virtuais de aprendizagem em apoio às *aulas e atividades acadêmicas*, o que favorece a autonomia do aluno em seu percurso formativo. Igualmente, serão incentivados laboratórios aplicados ao processo de ensino-aprendizagem com a finalidade de avançar no atendimento às demandas dos estudantes. Programas acadêmicos de suporte ocupam um papel importante nessa dimensão, tais como Monitoria, Tutoria, Programa de Educação Tutorial (PET), Programas de Bolsas de Iniciação à Docência (como PIBID/CAPEs, PIRP/CAPEs e Programa Licenciaturas UFF), Estágio Interno, dentre outros. Finalmente, o incentivo à mobilidade acadêmica, nos mais diversos âmbitos, *continuará* uma pauta relevante, conforme se indicou na seção Organização didático-pedagógica.

Com relação à avaliação de aprendizagem, serão valorizados procedimentos diagnósticos que *destaquem* os processos de construção do conhecimento e *suas diversificadas dimensões*. Dessa forma, instrumentos *variados* de avaliação devem ser utilizados, buscando atender os diferentes conteúdos, *reflexões* e as múltiplas competências *desenvolvidas* e esperadas na formação do futuro profissional. A retenção de estudantes deve ser reduzida e, para isso, cabe analisar tanto a *organização curricular* como os processos de ensino-aprendizagem, de avaliação e de *assistência e engajamento acadêmico e estudantil*. A redução na retenção é,

igualmente, um meio de diminuir a *evasão universitária*, que traz *impactos/prejuízos* diversos tanto à *Universidade* como à *sociedade*. É válido considerar, ainda, observar o que exigem e apontam as *avaliações externas*, como, no caso da *graduação*, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), como *exercício comparativo e reflexivo* entre elas e as *práticas avaliativas* no âmbito dos cursos da UFF, bem como para acompanhar o perfil e o desenvolvimento dos estudantes.

Considerando a relevância da formação de professores da Educação Básica para o desenvolvimento do país, a UFF empreenderá atividades que busquem a valorização das licenciaturas, da formação continuada e da pesquisa relativa à formação docente. Nesse aspecto, a integração com os sistemas públicos da Educação Básica e a articulação com a pesquisa e com a extensão serão incentivadas. A política de formação de professores, portanto, será ampla e envolverá todos os âmbitos e níveis educativos da universidade: COLUNI, graduação, extensão, pós-graduação e pesquisa.

Seguindo a perspectiva do incentivo ao ensino, serão estimuladas políticas de *desenvolvimento*, qualificação e de capacitação dos professores para o exercício do magistério superior. O desempenho na carreira docente, a progressão e a promoção, *deverão considerar os resultados das avaliações institucionais* promovidas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, buscando a superação de desafios no âmbito do ensino.

Objetivos da política de ensino

Em síntese, os objetivos da política de ensino da UFF são os seguintes:

a) Desenvolver currículos flexíveis, com percursos formativos baseados em competências definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais documentos legais pertinentes, ajustados aos interesses dos estudantes, do mercado de trabalho e da sociedade;

b) Assegurar meios para inclusão, permanência e sucesso acadêmico dos estudantes;

c) Apoiar o desenvolvimento de programas institucionais *acadêmicos, assistenciais, de pesquisa e de extensão* que tenham como foco a construção de um ambiente acolhedor e que favoreça o desenvolvimento, a permanência e o sucesso acadêmico;

d) Mobilizar esforços para diminuir a retenção e a evasão universitárias;

- e) Adotar práticas e estratégias de ensino-aprendizagem que priorizem a atuação ativa do estudante, *o raciocínio crítico, o desenvolvimento intelectual e a cooperação*;
- f) Articular ambientes físicos e virtuais para tornar a aprendizagem mais eficaz e para permitir flexibilidade de horários aos estudantes para o trabalho individual e *coletivo* necessário ao aprendizado;
- g) Valorizar a produção e a *disseminação* de conhecimentos conceituais, teóricos e práticos no contexto das disciplinas e *programas de ensino*, com a finalidade de melhorar o desempenho dos estudantes;
- h) Incentivar a adoção de práticas experimentais, por meio de laboratórios de ensino, e aplicadas, via estágio, para integrar a formação dos estudantes;
- i) Aperfeiçoar e apoiar as iniciativas de mobilidade institucional de estudantes;
- j) Valorizar as licenciaturas, a formação continuada e a pesquisa relativa à formação docente;
- k) Estimular o processo de capacitação e de qualificação docente com foco na melhoria do ensino e em articulação com a progressão e promoção funcionais;
- l) Promover o fluxo contínuo de processos de internacionalização acadêmica;
- m) Analisar, alcançar e manter conceitos de excelência em processos de avaliação externa realizados pelo INEP-MEC;
- n) Garantir qualidade à formação do estudante em um tempo de integralização curricular compatível com o previsto no projeto pedagógico do curso e *com a expectativa do retorno à sociedade*.

3.3.1.2 Qualificação da Pós-graduação e da Pesquisa

Missão: Impulso à qualidade e à relevância científica

O eixo focado na qualificação da Pós-graduação e da pesquisa envolve como protagonistas não só a Universidade, mas também agentes externos importantes que validam o seu desempenho, como a CAPES, que qualifica os diferentes programas a cada quatro anos e define um plano de desenvolvimento da pós-graduação em nível nacional. Por outro lado, a pesquisa desenvolvida por nossos docentes e discentes é creditada através de diferentes parâmetros internacionais, regionais e mesmo locais, que têm caráter dinâmico e seguem métricas que evoluem no tempo.

Uma análise da evolução dos programas de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense nos últimos anos mostra um número acelerado de criação de novos programas e, mais recentemente, a obtenção da desejada consolidação das respectivas qualificações, vide o aumento das notas CAPES. Neste contexto, observa-se um trabalho paralelo visando a cooperação de pesquisadores em grupos temáticos, formando redes de conhecimento capazes de ampliar a visibilidade e a atração científica, aumentando o impacto na formação do estudante como agente transformador da sociedade. Consequências naturais da qualificação da pós-graduação e da pesquisa na UFF são, portanto, a promoção da inovação tecnológica com o objetivo de gerar bem-estar social.

A Pesquisa e o ensino de Pós-graduação na UFF, e mais tardiamente a inovação, são desenvolvidas em conjunto, e abrangem essencialmente todas as áreas de conhecimento. Uma marca desta correlação entre as atividades na UFF é o fato da mesma pró-reitoria, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPi, ser responsável pela implementação, acompanhamento, consolidação e monitoramento das políticas de pesquisa, de pós-graduação e de inovação. A Agência de Inovação (AGIR), se encontra entre as coordenadorias que compõem a PROPPi e os processos de inovação desenvolvidos em seus diferentes segmentos é parte inerente das atividades de pesquisa desenvolvidas nos programas de pós-graduação.

Com pouquíssimas exceções, todas as unidades da sede possuem programas de pós-graduação em seu corpo e desenvolvem atividades de pesquisa. Isto confere também um elevado grau de diversidade de atuação, com um espectro que incorpora pesquisa nas áreas da saúde, biológicas, engenharias, ciências agrárias, ciências humanas e sociais, letras e linguística, artes, ciências exatas e da terra. Da mesma forma observa-se a expansão da pesquisa para os *Campi* fora da sede, com destaque para o Campus de Volta Redonda, onde a pesquisa na área de engenharia encontra-se consolidada já há alguns anos.

Os cursos de pós-graduação são divididos em dois grupos macros com características próprias:

Pós-graduação *Stricto Sensu*, que se refere aos cursos de pós-graduação na sequência regular da formação acadêmica, o mestrado e o doutorado

Pós-graduação *Lato Sensu*, referente aos cursos de formação específica nos níveis de especialização, MBA, residência médica e multiprofissional.

Princípios básicos

A pesquisa e o ensino de pós-graduação na UFF deverão basear-se nos seguintes princípios básicos:

Adesão estrita à integridade, à ética e aos princípios fundamentais dos desenvolvimentos humano, científico e tecnológico, com promoção de igualdade de oportunidades, respeito aos direitos humanos e combate ao preconceito e ao racismo. **Liberdade** intelectual e respeito à diversidade das áreas do conhecimento, desde que obedecidos os princípios científicos e éticos de cada área e atendida a responsabilidade social;

Desenvolvimento de profissionais com visão gerencial e empreendedora, que possam intervir de modo criativo e inovador em sua área de atuação;

Respeito à autonomia da universidade e integração com as unidades acadêmicas;

Compromisso de transformar o conhecimento em inovação e desenvolvimento para a sociedade;

Desenvolvimento permanente de habilidades específicas e gerais, capazes de inovar nos processos de ensino e de renovação do conhecimento;

Capacidade de criar inovações transformadoras, de forma a atribuir valor diferenciado nos seus produtos e processos, em consonância com as questões globais. **Desenvolvimento** de políticas de inovação, empreendedorismo e cooperativismo. Compromisso com a excelência acadêmica, com o respeito à diversidade e com a racionalidade no uso dos recursos naturais;

Compromisso com a sustentabilidade, evitando que os frutos da ciência, tecnologia e inovação sejam comprometidos pelo consumismo não cíclico. Indução de políticas que visem a correção das desigualdades ainda persistentes na sociedade.

Diretrizes

Considerando o atual estágio de desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na UFF, as seguintes diretrizes deverão nortear projetos, propostas e atividades associadas à pesquisa, à pós-graduação e à inovação:

a) formação de profissionais qualificados, competentes e comprometidos com os princípios da ética e da responsabilidade social;

b) consolidação dos programas de pós-graduação, com aumento na sua qualidade conforme os parâmetros de avaliação da CAPES;

c) desenvolvimento de projetos, produtos e processos que contribuam para o bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida da população e o avanço da ciência básica que possa dar suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico em longo prazo;

d) integração entre a formação profissional de alto nível, científica, tecnológica e humanitária e a capacitação para inovação e intervenção construtiva.

Políticas Institucionais

Para alcançar o nível de excelência na pesquisa e consolidar a pós-graduação na Universidade Federal Fluminense, as ações, projetos e programas de pesquisa e pós-graduação deverão atender para os seguintes preceitos gerais: A pesquisa será incentivada, preferencialmente, para a busca de produção de conhecimento em questões de interesse regional, nacional e global, de forma a contribuir com a construção de uma sociedade sustentável, independente e equilibrada socialmente. A pesquisa será sempre balizada pelos preceitos éticos imprescindíveis para obtenção de resultados científicos comprometidos com o ser humano, em todas as áreas do conhecimento, e expandir os horizontes com a busca por novas áreas do conhecimento com pesquisas robustas e relevantes.

Seguindo os preceitos democráticos da universidade, será incentivada a produção científica de excelência respeitando as vocações para a pesquisa básica e aplicada em cada área do conhecimento como nas ciências básicas, biomédicas, tecnológicas, humanas e sociais aplicadas. Sempre que possível, será buscada a aproximação entre a pesquisa básica e a aplicada de maneira a fomentar a produção de conhecimento associado ao desenvolvimento tecnológico, humano e social que contribuam para a independência tecnológica do país, e como consequência, para a soberania nacional, além do bem-estar social e humano. Serão estimulados projetos altamente meritórios, na fronteira do conhecimento, com potencial para produção de resultados inovadores.

A criação de novos programas de pós-graduação deverá estar normatizada com regras que priorizem a excelência do projeto e a qualificação do corpo docente que o sustenta. Políticas específicas deverão ser elaboradas para apoio aos programas com conceito CAPES inferior a 5 e com potencial de crescimento, conforme parâmetros de qualidade da área, sem perder de vista a possibilidade de fusão ou de redesenho e

reestruturação de programas em áreas correlatas e que estão na mesma área de avaliação da CAPES.

A competição entre programas com o mesmo perfil não será incentivada. Ao contrário, a cooperação, o desenvolvimento de atividades conjuntas, o compartilhamento de infraestrutura física e de pessoal e, quando possível, a fusão deverão ser metas relevantes a serem atingidas.

A autoavaliação dos programas de pós-graduação para identificação de indicadores, parâmetros e políticas que contribuam para a sua melhoria, com métricas adequadas a cada área do conhecimento, incluindo a participação de egressos na autoavaliação, deverá ser uma atividade regular.

No que diz respeito aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, será incentivado o aprimoramento nas diversas áreas do conhecimento, propiciando a formação continuada de profissionais, o domínio de novas tecnologias que venham a agregar conhecimento e valor à produção prática desses profissionais. Será incentivada uma maior interação entre essa modalidade de pós-graduação e a pesquisa em diferentes áreas como forma de transferência de conhecimento e aplicação de resultados científicos. Buscar-se-á a excelência também nessa modalidade de pós-graduação através da implantação de processos de avaliação dos cursos *Lato Sensu*. A interação com a sociedade é um fator determinante para o sucesso de projetos de pesquisa comprometidos com o crescimento da nação. Assim, será incentivada a criação de parcerias com setores públicos e privados, com organizações sociais e com classes trabalhadoras de forma a aproximar a pesquisa de questões-chave dos vários segmentos da sociedade. Isso implica no incentivo à formalização de parcerias e interação com grandes e pequenas empresas, estatais e privadas de vários setores, organizações e movimentos sociais, de forma a contribuir com o desenvolvimento social, tecnológico e econômico. Em outras palavras, fortalecer a interação de projetos de pesquisa com ações extensionistas. No que concerne ao papel da interação da pós-graduação com a sociedade, os cursos de pós-graduação profissionais têm muita importância e a pesquisa que agregue a participação de programas acadêmicos e profissionais será incentivada. A relação visceral entre atividades de pesquisa e de pós-graduação no Brasil é também observada de forma intensa na UFF. Sendo assim, os programas de pós-graduação serão incentivados a adotar currículos flexíveis com integração ativa entre projetos de pesquisa e formação básica, adotando a premissa da pesquisa como princípio formador.

Deve-se redesenhar e aprimorar a pesquisa e a pós-graduação em novos formatos, com a adoção de metodologias proativas nos processos de ensino aprendizagem, em consonância com a realidade da interdisciplinaridade, além de buscar ações que possam elevar os índices de excelência acadêmica, resultando na ampliação da produção de conhecimento e de inovação relevante para a geração de novas tecnologias.

Nesse sentido, a incorporação de novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem na pós-graduação é etapa indispensável e de grande importância. Da mesma forma, os doutores graduados na UFF deverão ter sólida competência para a docência em nível superior, incorporando na sua formação o conhecimento sobre as novas tecnologias para o ensino superior.

Nesse contexto, insere-se a preocupação com a qualificação contínua dos pesquisadores da UFF pela capacitação e ampliação de experiência pós-doutoral, além do incentivo à realização de teses em cotutela com instituições estrangeiras, processo este já regulamentado na universidade. Serão incentivados o intercâmbio e a mobilidade com programas de pós-graduação de outros estados e países e, portanto, o aumento da cooperação nacional e internacional como ferramenta fundamental nesse contexto, uma vez que a mobilidade de alunos brasileiros e estrangeiros será uma ponte para interação científica e também permitirá a formação de recursos humanos com visão ampliada e de maior capacitação. Essa política deve estar centrada na ampliação de convênios interinstitucionais, interestaduais e internacionais para missões de estudo, missões de trabalho, estágios-sanduíche, bolsas de pesquisa, dentre outros. O oferecimento de disciplinas em língua inglesa deverá ser um marco relevante para essa integração e facilitador da mobilidade docente e discente.

A interação entre pesquisa e ensino de graduação tem um grande poder formativo para os alunos de graduação, de maneira que o Programa de Iniciação Científica (IC) tem papel imprescindível na vida acadêmica. Assim, será incentivada a realização de IC, incorporando essa atividade como rotina para os alunos de graduação e incentivando a abertura de vagas de IC em projetos de pesquisa. A interação da pós-graduação e da graduação é um aspecto fundamental para o desenvolvimento da universidade, em todas as áreas. Notadamente, será incentivada a interação de programas de ensino e licenciaturas, inclusive na busca de produção de conhecimento para aprimorar o ensino em nível superior, um dos maiores desafios atuais para as universidades brasileiras, bacharelados e programas profissionais. A busca pela excelência na pesquisa deve ser constante na UFF. Os projetos de pesquisa

desenvolvidos deverão ter a excelência como a sua premissa básica. Para tanto, será incentivada a ampliação da infraestrutura de pesquisa, notadamente no uso compartilhado de estrutura multiusuário, de forma a dar acesso à tecnologia de ponta a um maior número de pesquisadores, de diferentes áreas e, ao mesmo tempo, compartilhar, socializar e aperfeiçoar o uso da infraestrutura disponível. Tal diretriz incentivará a criação de programas de pesquisa que congreguem redes de pesquisa e projetos com eixos temáticos unificadores. Incentivo à interação entre programas de pós-graduação em projetos multi e interdisciplinares de forma a possibilitar maior desenvolvimento acadêmico em diferentes áreas. Não é possível nos dias atuais cumprir essas missões sem suporte sólido e constantemente atualizado de tecnologias da informação, capazes de gerenciar os diversos sistemas de gestão acadêmica da pesquisa, pós-graduação, internacionalização e inovação, para que se possa avaliar, interpretar, informar e elaborar relatórios de modo eficiente e consistente.

O sistema de informação da UFF tem que ter um papel preponderante no funcionamento em todas as atividades de organização da pesquisa e da pós-graduação para que esta atinja seus objetivos. A gestão de projetos de pesquisa e de programas de pós-graduação deve estar baseada em tecnologias atuais de gestão da informação e controle. Dada a vocação para a interiorização da UFF, deverá ser observada a interação entre pesquisadores de diferentes *campi*, buscando a realização de pesquisa de excelência em todos eles. A adoção de estrutura de pesquisa multiusuário e a interação entre programas de pós-graduação desses *campi* e a participação de pesquisadores de diferentes localidades em programas-chave serão o fio condutor para o fortalecimento da pesquisa em todas as unidades acadêmicas.

Os processos gerenciais para pesquisa e pós-graduação deverão estar fortemente suportados na ética profissional, justiça e responsabilidade social e ambiental, com uma visão integrada e sistêmica

A universidade precisa continuamente retornar à sociedade para dela se (re)alimentar ao mesmo tempo em que implementa mecanismos de informação e de socialização do conhecimento que acumula. Para tanto, programas de divulgação científica deverão estar incorporados nas várias oportunidades nas quais a universidade se apresenta para a sociedade, por exemplo, a Semana Acadêmica ou a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, além de buscar divulgação da pesquisa e da pós-graduação em meios de comunicação regularmente acessados pela sociedade e, portanto, deve ampliar e consolidar os meios de divulgação das atividades acadêmicas (periódico, redes sociais e outras ferramentas interativas), além de aprimorar a editora

universitária como canal efetivo para a divulgação do conhecimento produzido na UFF. Os mecanismos de comunicação dos resultados da pesquisa e da pós-graduação deverão empregar linguagem adequada de acordo com o interlocutor, de modo a facilitar a comunicação com a sociedade e dar visibilidade aos projetos e às ações desenvolvidos na universidade.

Considerando que ações afirmativas no ensino superior estão presentes em vários países, a UFF vem implantando ações que visam à compensação do passado (discriminação/segregação) com a introdução de cotas raciais nos programas de pós-graduação, a ajuda às pessoas desfavorecidas e contribuindo para a eficiência econômica da sociedade. Uma destas ações visa aumentar a diversidade nos *campi* e promover a integração social, de modo a favorecer a equidade e a justiça.

Projetos e pessoas que alcancem alto mérito e destaque na pesquisa e pós-graduação, na governança corporativa e seu conjunto de controles da UFF, deverão ser reconhecidos, apoiados e valorizados pela Universidade, inclusive considerando os resultados da pesquisa e da pós-graduação para sua própria reputação e um dos pilares de seu fortalecimento, sem perder de vista que há necessidade de um fundo estável para a pesquisa e pós-graduação com regularidade de financiamento. Sem esse propulsor, todos os pilares da pesquisa e da pós-graduação estarão fadados ao insucesso.

Por fim, é necessário avançar no empreendedorismo e inovação (tecnológica ou social) dentro da universidade e no seu relacionamento com a sociedade. Esses paradigmas absorvem e desafiam todas as instituições nacionais e internacionais. As inovações e invenções precisam chegar ao usuário final, para que a sociedade entenda o papel social da universidade. O ensino superior precisa estar inserido em qualquer plano de crescimento econômico e social do Brasil com uma concepção sustentável e inovadora.

Portanto, a Universidade Federal Fluminense deve adotar a inovação no contexto de ideias e invenções, não só visando a exploração econômica dos conhecimentos científicos gerados pelas suas inúmeras linhas de pesquisas, mas criando novos modelos de negócio, novos processos e métodos organizacionais. Não menos importante deve ser o compromisso da universidade com as atividades de empreendedorismo e cooperativismo como compromisso social para a consecução de uma política de inovação.

3.3.1.3 Internacionalização

A internacionalização tem como finalidade contribuir para a excelência acadêmica da Universidade, na medida em que promove a cooperação com instituições e centros de pesquisa no exterior em um patamar de paridade e de reciprocidade. Dessa forma, a política de Internacionalização da UFF apoia-se em três pilares: a **concepção de um modelo de internacionalização** que considere a necessidade de inclusão do Brasil no concerto das grandes nações, nos principais centros produtores de conhecimento científico e cultural; a **promoção de uma internacionalização solidária** com instituições e centros de pesquisa em fase de implantação, desenvolvimento ou consolidação, sobretudo na América Latina e na África, para os quais podemos dar efetiva contribuição na condição de liderança regional; e a **inclusão dos valores presentes na missão da Universidade** em todas suas ações, de produzir, difundir e aplicar conhecimento e cultura de forma crítica e socialmente referenciada, multicultural e aberta à diversidade.

A internacionalização desenvolvida pela UFF almeja, ainda, a promoção da diversidade cultural e acadêmica, em face da multiplicidade das cooperações estabelecidas e na construção de redes de conhecimento integradas. A internacionalização deve, portanto, fundamentar-se em ações que conduzam a Universidade a uma inserção internacional inclusiva, democrática e institucional. Deve ser transversal, perpassando o ensino de graduação, de pós-graduação e a pesquisa nos programas consolidados e em desenvolvimento, além das atividades de extensão. Deve envolver alunos, docentes e técnicos administrativos e estar afinada com valores e interesses da instituição e do país, sendo capaz de reconhecer as diferenças culturais e linguísticas e cumprir sua missão educacional, formativa e acadêmica.

Institucionalização do processo de internacionalização

A consolidação do processo de internacionalização na UFF se mostra como um compromisso institucional reconhecido, com foco na expansão e fortalecimento de práticas de internacionalização acadêmica em múltiplas esferas de ensino, pesquisa e extensão. Tal comprometimento é destacado com a inclusão da presente temática neste Projeto Pedagógico Institucional, que apresenta com clareza a relevância da internacionalização da Universidade para concretizar suas metas, visões e objetivos.

Diante da reconhecida necessidade do estabelecimento de uma política de internacionalização unificada em escala institucional, o maior desafio encontra-se na necessidade de centralização das informações de ações desenvolvidas em diferentes

níveis e esferas institucionais por professores, grupos de pesquisa, ou programas de pós-graduação. Essas iniciativas descentralizadas são vitais para o dinamismo da pesquisa realizada em colaboração internacional pela comunidade acadêmica da UFF. É salutar a autonomia, pois permite agilizar os processos, a tomada de decisões e o uso de recursos. Em todo o caso, é necessário que os órgãos institucionais possuam conhecimento das ações desenvolvidas para prestação de suporte, promoção, registro e elaboração de métricas apropriadas referentes ao processo de internacionalização.

Consolidação de parcerias internacionais

O processo de prospecção e consolidação de parcerias internacionais mostra-se como elemento fundamental para a condução das múltiplas ações de internacionalização desenvolvidas no âmbito da Universidade. As relações de parceria internacionais possuem como objetivo principal o desenvolvimento de pesquisas em colaboração, mobilidade estudantil e docente, assim como outras formas de trocas de experiências acadêmicas. Para tal, é necessário que se consolidem e expandam parcerias ativas e efetivas com instituições e redes estratégicas, assim como no planejamento e execução de ações com parcerias internacionais, de acordo com os interesses institucionais vigentes. Mais do que somente a consolidação de tais parcerias, é necessária também a busca por parceiros estratégicos que fomentem o avanço acadêmico das múltiplas instâncias da Universidade. Dessa forma, ressalta-se a importância da continuidade na busca por parceiros internacionais que abordem temas transversais, agregando diferentes programas da Universidade em diferentes estágios de consolidação. Trata-se de esforço colaborativo no sentido de criar conexões e parcerias que permitam às áreas menos consolidadas desenvolverem mais rapidamente suas ações de internacionalização, enquanto oferecem aos mais consolidados a oportunidade de expansão de seus projetos internacionais.

Tal objetivo mostra-se presente em especial na consolidação de parcerias que se traduzem na formação de núcleos de estudos internacionais, os quais reúnem professores, pesquisadores e alunos de diferentes unidades de ensino da Universidade e das instituições parceiras envolvidas. Para tal, ressalta-se como caráter fundamental que tais parcerias em rede sejam estabelecidas pela Universidade de forma institucional, abrindo espaço para colaborações em pesquisa a todos os professores e alunos da universidade. Tais parcerias não se limitam à formação de núcleos, atuando também como elemento necessário para os fluxos de mobilidade estudantil, teses de doutorado em cotutela, dupla diplomação, dentre outros.

Fluxos de mobilidade internacional

A participação de membros da comunidade acadêmica local em atividades conjuntas com instituições parceiras no exterior, tanto no modelo *outgoing* quanto *incoming*, é essencial para a consolidação do processo de internacionalização e concretização de seus potenciais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. A atuação local de membros da comunidade acadêmica internacional promove e consolida o avanço acadêmico por meio de trocas de conhecimento, aperfeiçoamento de técnicas e novas abordagens. Da mesma forma, o envio de membros da comunidade local para instituições parceiras no exterior permite que sejam imersos em novo universo acadêmico, desenvolvendo suas capacidades e expandindo suas percepções e conhecimentos multiculturais, retornando para a Universidade com novas contribuições e diferentes abordagens.

Dessa forma, os fluxos de mobilidade acadêmica são importantes elementos da política de internacionalização da Universidade. No âmbito dos fluxos de mobilidade internacional de saída (*outgoing*), a Universidade é reconhecida por ter um dos mais consolidados programas para o envio de estudantes de graduação entre as universidades brasileiras, com o envio anual de centenas de alunos para instituições e redes parceiras no exterior. Ademais, no campo da pós-graduação, a utilização de bolsas de doutorado sanduíche e a realização de teses em cotutela são de notado interesse da comunidade acadêmica, e em alguns casos se convertem em projetos de dupla diplomação em cursos de graduação, novamente traduzindo os benefícios do processo de internacionalização a serem alcançados em âmbito institucional. Em se tratando dos fluxos de mobilidade internacional de entrada (*incoming*), estes se dão no âmbito da graduação para desenvolvimento de estudos por um ou dois semestres acadêmicos, abertos por meio de chamada pública da Universidade a todas as instituições parceiras no exterior. Ademais, estes fluxos são também compostos por ações com maior flexibilidade no que diz respeito ao calendário acadêmico da Universidade, como a estadia em laboratórios para desenvolvimento de pesquisas específicas, para atuação no programa de internato médico no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) e para atuação em programas de pós-graduação, no âmbito de ensino e pesquisa, com chamadas abertas em fluxo contínuo.

Apesar dos constantes desafios no âmbito da atração de discentes e pesquisadores para a Universidade, em especial por conta das diferenças em conhecimentos linguísticos, assim como para o envio de membros da comunidade acadêmica local para

instituições estrangeiras por conta dos custos acarretados pelo processo de deslocamento físico, a cultura de internacionalização está em constante crescimento na Universidade. O interesse da comunidade acadêmica local por oportunidades de internacionalização acadêmica se mostra presente em todas as esferas de mobilidade internacional supracitadas. Assim, é fundamental a manutenção dos esforços de expansão e fortalecimento das ações de mobilidade internacional na Universidade, tendo-se em vista a promoção de um ambiente multicultural, voltado ao entendimento da diversidade, onde o estudante possa entender e vivenciar a heterogeneidade e as diferentes identidades.

Internacionalização Interna

Em se tratando do compromisso da Universidade com a consolidação de uma internacionalização ampla e inclusiva, as ações de internacionalização interna, também conhecidas como internacionalização em casa, buscam promover, auxiliar e propor ações desenvolvidas internamente que viabilizem uma experiência internacional aos membros da comunidade universitária que, por motivos diversos, não têm oportunidade de acesso a uma experiência de internacionalização acadêmica.

Como ferramenta para promoção de múltiplas ações de internacionalização, assim como elemento central de internacionalização em casa, destaca-se a política linguística da universidade. Abarcando ensino, pesquisa e extensão, articula-se a partir da parceria entre diversas instâncias: Superintendência de Relações Internacionais, Pró-Reitorias, Fundação Euclides da Cunha de Apoio à UFF (FEC), Instituto de Letras e o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (GLE), tendo o plurilinguismo, a inclusão e a formação integral do cidadão como princípios. Suas ações se baseiam nos princípios norteadores elencados a seguir: democratização do acesso à aprendizagem de línguas estrangeiras; desenvolvimento da proficiência em língua estrangeira dos membros da comunidade acadêmica; expansão da consciência linguística e de habilidades interculturais e críticas; acesso do aluno internacional ao português, principal língua de instrução; busca da equidade na oferta de cursos de língua estrangeira entre os diferentes *campi* da Universidade; abrangência de ações, contemplando a comunidade universitária e extramuros; e a ampliação dos espaços para formação continuada do professor de línguas estrangeiras.

Em conformidade com as políticas de fortalecimento de experiências internacionais no currículo local, desenvolve-se também em escala institucional o conceito de Ensino Internacional Virtual Colaborativo (Collaborative Online International Learning - COIL).

Este conceito se traduz no desenvolvimento de atividades concomitantes entre turmas locais e de instituições estrangeiras, de modo que os alunos da Universidade possam usufruir de uma experiência de internacionalização acadêmica sem custos e sem necessidade de deslocamento.

Dessa forma, é de entendimento institucional que as ferramentas e ações de internacionalização interna são fundamentais para garantir a democratização do processo de internacionalização acadêmica, oferecendo de maneira ampla à comunidade universitária a oportunidade de interação com elementos de destaque em ensino e pesquisa no exterior. A atuação em prol da promoção de tais atividades, assim como de uma política linguística institucional inclusiva que ofereça as ferramentas necessárias para estes processos de internacionalização são de extremo benefício para a Universidade.

Comunicação institucional em prol da internacionalização acadêmica

A ampla divulgação de informações sobre os projetos e ações de internacionalização existentes na Universidade são fundamentais para a garantia de seu crescimento e fortalecimento em escala local e global. Dessa forma, a comunicação institucional clara e constante em prol da promoção das ações de internacionalização são um elemento de constante atenção.

Para o fortalecimento da promoção das ações da Universidade com instituições estrangeiras, objetivando a atração de docentes, discentes e pesquisadores de instituições de destaque internacional, a criação e manutenção do Portal Internacional é de suma importância. Este encontra-se disponível de forma virtual (<http://international.uff.br>) e concatena as informações de maior relevância sobre a Universidade, seus cursos de graduação, programas de pós-graduação, seus diferentes *campi*, a vida na universidade, oportunidades de mobilidade acadêmica e demais informações relevantes para qualquer membro da comunidade acadêmica internacional interessado em desenvolver atividades na Universidade.

3.3.1.4 Diálogo Científico - Pesquisa como instrumento para o Ensino e Interdisciplinaridade

Missão: Incentivar o diálogo entre os diferentes níveis de ensino em direção a um percurso formativo mais integrado. Composição entre os saberes, perspectivas e linguagens.

3.3.2 Infraestrutura e Tecnologias de Suporte ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão

O eixo referente à Infraestrutura de Apoio foi desenvolvido segundo quatro perspectivas básicas: a **Infraestrutura para o Ensino**, a **Infraestrutura para a Pesquisa**, a **Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação e Sustentabilidade**. Sem perder de vista que o Projeto Pedagógico Institucional consiste em um documento de identificação institucional e um conjunto de princípios orientadores que pautam ações presentes e futuras no que tange aos aspectos pedagógicos a serem adotados na formação de seus estudantes, a universidade deve zelar pelo fornecimento de infraestruturas e tecnologias que sejam compatíveis com o grau de reconhecimento que ela almeja e favoreçam a realização plena de sua organização didático-pedagógica e as políticas de ensino, pesquisa e inovação, extensão e responsabilidade social, gestão e sustentabilidade ambiental. Tendo avançado nos últimos anos na materialização das obras remanescentes do REUNI, com a construção de novos prédios e espaços educacionais, torna-se necessário consolidar os mesmos espaços de modo que sirvam plenamente à missão, aos valores e aos objetivos da Universidade Federal Fluminense. Investir na democratização da educação superior, no desenvolvimento e na difusão do conhecimento com responsabilidade social e ambiental, é também investir em infraestruturas e tecnologias que permitam a sua realização. Uma avaliação institucional abrangente e participativa deve demonstrar continuamente as forças e as fragilidades institucionais. Nesse aspecto, deve-se utilizar instrumentos robustos de avaliação/autoavaliação institucional, de forma continuada e transparente, envolvendo os três segmentos da instituição, e também representantes da sociedade, instituições públicas e privadas. Os resultados da avaliação institucional devem ser abrangentes para identificar fragilidades e pontos fortes tanto da infraestrutura quanto das suas implicações nos processos decisórios e de políticas de gestão, onde se incluem as ações no planejamento didático-pedagógico. Adicionalmente, cumpre registrar que para adequado desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão, a infraestrutura deve ser igualmente planejada quanto à acessibilidade, inclusão e permanência discente.

Infraestrutura para o Ensino

No que tange à infraestrutura para o ensino, a Universidade deve oferecer espaços adequados e acessíveis para a realização de estudos e projetos, com laboratórios específicos para as práticas de ensino, com suficiente quadro profissional docente, pessoal de apoio e o pagamento de bolsistas, quando necessário, de modo a incentivar o protagonismo de seus estudantes. A universidade deve apoiar as redes de comunicação entre os diferentes setores envolvidos nas práticas pedagógicas, que devem incorporar métodos ativos de ensino, preferencialmente articulados com a pesquisa e a extensão. As bibliotecas e os laboratórios de Tecnologia da Informação são também instrumentos essenciais como parte da infraestrutura para o ensino, assim como o pleno acesso à internet em todos os ambientes. O acesso aos ambientes virtuais deve ser acompanhado de abordagens de ensino que contemplem práticas que empreguem ferramentas digitais e recursos de informática capazes de atenderem às estratégias de ensino presenciais e remotas. As políticas de apoio estudantil que favoreçam a permanência do estudante no âmbito acadêmico (incluindo-se aí os cuidados com transporte, alimentação, alojamento, bolsas, dentre outros) devem também ser objeto de atenção permanente pela instituição. A mobilidade dentro de cada campus e entre os diversos *campi* deve garantir a possibilidade de acesso aos recursos semelhantes no que tange à infraestrutura.

Infraestrutura para a Pesquisa

Considerando que a pesquisa constitui um dos pilares básicos do tripé acadêmico, a instituição deve zelar para que seja fomentada a criação e a manutenção de espaços adequados para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Da mesma forma que para as ações de ensino, a instituição deve implementar instrumentos que permitam o estabelecimento de redes integradas de comunicação entre os diferentes grupos de pesquisa, o provimento de pessoal de apoio às atividades de pesquisa (técnicos, bolsistas, etc.), bem como políticas definidas para a manutenção de equipamentos multiusuários. Os recursos destinados à pesquisa devem contemplar a expansão dos laboratórios e ambientes de investigação científica nas práticas de ensino na graduação, incluindo uma maior proximidade entre os membros da pós-graduação (mestrandos e doutorandos) com alunos da graduação. A distribuição inteligente da carga horária docente, considerando aquela dedicada às atividades de pesquisa, em particular quando dirigida para apoio a serviços de interesse comum, como a gestão de projetos institucionais e gestão de laboratórios multiusuários, pode ser estratégica,

bem como o estabelecimento de instrumentos para suporte à prestação de contas em projetos de grande porte apoiados por diferentes agentes de fomento à pesquisa. Deve ser valorizada a carga horária de pesquisa destinada à formação dos alunos no método científico. Considerando a formação integral do estudante e que seu percurso na instituição não deve ser fragmentado, a articulação entre pesquisas na pós-graduação e na graduação deve ser um objetivo permanente. Todos os aspectos destacados acima referentes às ações de ensino e de pesquisa devem também se estender às ações de extensão, destacando-se, entretanto, o estabelecimento de redes de projetos de extensão, integradas às atividades de ensino, com a comunidade e com movimentos locais.

Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação

A tecnologia, considerando as suas mais diferentes vertentes, deve ser objeto de permanente interesse institucional. Deve a Universidade ter como objetivo a integração dos seus sistemas ou mesmo a criação de uma plataforma única, incrementando e tornando efetivos os seus recursos e as suas plataformas de comunicação. Atenta à necessidade de se ter uma comunicação interna e externa ampla e eficiente, deve a gestão da Universidade criar e manter os meios imprescindíveis à sua realização. Assim, o desenvolvimento tecnológico deve compreender práticas de ensino baseadas em tecnologias, simulações e programas, recursos inovadores de ensino-aprendizagem (recursos estéticos, pedagógicos, não necessariamente eletrônicos), sistemas de gerenciamento de projetos de pesquisas e extensão, plataformas de comunicação para conhecimento e estabelecimento de parceiras integrativas, bem como a promoção de Tecnologias Sociais. Ações vinculadas à implantação e fomento de incubadoras de tecnologias sociais, atividades de economia solidária (como bancos comunitários de desenvolvimento), apoio para criação de produtos tecnológicos, prototipagem de processos de inovação social, dentre outros, também devem estar presentes no escopo institucional de infraestrutura e tecnologia. Torna-se indispensável uma rede de internet que esteja disponível em todos os prédios da Universidade, com velocidade e estabilidade, com acesso às bases de conteúdo científico, tecnológico e social, com acesso a ampla biblioteca virtual, bem como a disponibilidade de computadores, programas básicos e outros dispositivos e espaços distribuídos de forma a atender às demandas locais.

Sustentabilidade

Coerentes com o compromisso para uma educação sustentável e afinada com o Plano de Logística Sustentável da UFF e com os Planos Diretores e Planos de Resíduos Sólidos das cidades onde se faz presente, precisa estar a Universidade devotada ao incentivo de projetos de ensino, pesquisa e extensão temáticos sobre o meio ambiente e a sustentabilidade. Os Planos de Desenvolvimento da Unidade já aprovados ou em vias de elaboração devem assumir esse compromisso em consonância com toda a Universidade.

Nesse sentido, atenta aos desafios da atualidade, a UFF passou a integrar a *University Network for Sustainable Development*, da UNITAR (ONU), em 2021, uma rede de universidades latino-americanas voltadas para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de fomentar a troca de conhecimento especializado entre os participantes, visando atender aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU.

Com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável nas diversas áreas de atuação da universidade, a UFF investiu esforços para a adoção de práticas de governança que tenham como objetivo principal o crescimento institucional sustentável, contribuindo para o bem-estar da comunidade interna e externa, investindo em pesquisa e em novas tecnologias ambientais e socialmente responsáveis. Para buscar o alcance de tal objetivo, foi desenvolvido o Plano de Logística Sustentável de forma transversal, agregando todos os setores da universidade na busca comum do uso responsável de recursos, buscando mobilizar tal pensamento nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação de maneira que o profissional formado pela UFF tenha consciência e atue na sociedade de forma sustentável.

O Plano de Logística Sustentável (PLS), foi aprovado pelo Conselho Universitário (CUV), através da Decisão n.º 15/2018. O PLS tem fundamentação legal na Instrução Normativa n.º10, de 12 de novembro de 2012, elaborada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O plano representa uma ferramenta de gestão de recursos e de políticas públicas, o qual permite implantar ações de sustentabilidade e reduzir gastos de maneira racional e equacionada, integrando-o às práticas já existentes na comunidade universitária.

O PLS da universidade foi construído com base nos resultados obtidos das Audiências Públicas realizadas em Niterói, e nas nove unidades fora de sede, além de

pesquisa de diagnóstico que envolveu toda a comunidade acadêmica, incluindo discentes, docentes, técnicos administrativos, terceiros, pesquisadores e estagiários, conforme aponta o documento do PLS UFF 2018⁹.

Com o objetivo de acompanhar a aplicação de ações de sustentabilidade na universidade e mostrar os resultados desenvolvidos anualmente, a Comissão Permanente de Sustentabilidade (CPS) - instituída pela Portaria n.º 60.768 de 27/02/2018, alterada pela Portaria n.º 63.489 de 4/04/2019), por meio do Relatório de Monitoramento do PLS 2021¹⁰, entende como necessidade institucional a) o aprimoramento da comunicação e articulação interna, com a manutenção de uma agenda de reuniões intersetoriais que visem à ampliação das ações de sustentabilidade na universidade, b) um maior engajamento interno que estimule o estabelecimento de novas políticas institucionalizadas, observando-se as prioridades e viabilidade de implementação, bem como, c) a construção de uma cultura de dados sobre sustentabilidade na universidade, auxiliando a produção de informações e tomada de decisão pela gestão no que se refere à temática.

Relevante para o tema sustentabilidade é a observância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU. Portanto, em seus projetos, planos, ações e políticas, nos mais diferentes níveis, a UFF deve observar as diretrizes do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, deve implementar políticas de apoio a estudantes de baixa renda, por exemplo, oferecendo transporte, moradia e alimentação para reduzir a evasão desses estudantes e aumentar o êxito nas suas formações; deve igualmente favorecer o intercâmbio com instituições e entidades de países do terceiro mundo, em particular dos vizinhos da América Latina e da África, que fomente o apoio a estudantes provenientes dessas regiões. Nas relações com a comunidade, a universidade deve estabelecer projetos e cooperações que visem capacitar comunidades locais através de orientações, treinamento, workshops e acesso às instalações que resultem na melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e na implementação de práticas sustentáveis, auxiliando na formulação de políticas locais ou regionais que contribuam para a redução de desigualdades sociais. Também na aquisição dos seus insumos e serviços, a universidade deve priorizar a aquisição de produtos e serviços que atendam aos princípios de sustentabilidade.

⁹ <https://www.uff.br/sustentabilidade>

¹⁰ <https://www.uff.br/?q=relatorios-de-monitoramento-do-pls>

3.3.3 Relação Universidade - Sociedade

Subtemas: Impacto e Transformação Social; Democratização e Popularização do Conhecimento; Universidade - Meio; Conhecimento a Serviço da Sociedade.

As metas da Extensão extrapolam o meio acadêmico. A responsabilidade social da Universidade demanda uma política extensionista que envolva o diálogo genuíno com a sociedade. Esta interação dialógica se dá por meio de programas estruturantes capazes de gerar desenvolvimento social e comprometimento com os espaços geográficos nos quais a Universidade atua, mantendo o compromisso básico com a educação e a formação de pessoal.

Em um mundo em constante transformação, no qual se privilegia a diversidade de saberes, e quando se reconhece o imobilismo do conhecimento acadêmico (técnico-científico) no que tange à promoção da transformação social e quando, ao mesmo tempo, se reconhece o protagonismo dos atores e dos organismos sociais enquanto sujeitos históricos capazes de promover a mudança da sociedade, a universidade deve procurar articular o conhecimento acadêmico com o conhecimento popular, absorvendo da sociedade o conhecimento secular ali produzido e reproduzido para ressignificar o conhecimento acadêmico na direção de uma atuação conjunta - universidade e sociedade - visando à transformação social.

Com o intuito de estabelecer uma estratégia capaz de atender às solicitações da sociedade e motivar todos os participantes deste processo, é preciso estabelecer um diagnóstico sobre a extensão existente, que envolve a identidade institucional, com suas propostas e prioridades, além do diagnóstico da extensão potencial, que envolve a leitura da realidade social. A universidade deve ouvir da sociedade quais são as suas demandas de conhecimento, deve interagir com a sociedade de modo a absorver desta o conhecimento que foi aí gerado (o conhecimento popular) e a partir da compreensão dele, em toda a sua complexidade e potencial transformador, aceitar a refundação do conhecimento acadêmico na interação com o conhecimento popular. Tal interação dialógica entre o conhecimento gerado na universidade e aquele gerado na - e pela - sociedade, cria a universidade cidadã ou universidade popular, que alia teoria e prática em uma busca permanente pela transformação social. O fim do conhecimento e de sua apropriação pelos cientistas e pelos cidadãos é a transformação social na direção a uma sociedade mais justa, mais igualitária, soberana e sustentável.

Muitas são as instituições de caráter público ou privado voltadas para a promoção do ensino e da difusão do conhecimento nos mais diferentes níveis que se fazem presentes no Brasil, e as universidades públicas se destacam entre as mais importantes. O conhecimento enquanto objeto de estudo e de pesquisa, matéria-prima com a qual as universidades trabalham, é aquele que emana da sociedade em sua busca incessante por maior equidade de oportunidades, de renda e de justiça social. Esse conhecimento é a base para as transformações sociais necessárias e sem ele nenhuma transformação se opera.

A universidade, em seu papel institucional e vocacional, deve ouvir da sociedade quais são suas demandas de conhecimento e interagir de modo a absorver e, a partir da compreensão desse conhecimento popular em toda a sua complexidade e potencial transformador, aceitar e refundar o conhecimento acadêmico tendo por norteador o conhecimento popular. Chama-se a isso Interação dialógica, que se define pela interrelação entre o conhecimento gerado na universidade e aquele gerado na - e pela - sociedade.

A universidade que vivencia essa interação dialógica é a universidade cidadã, que alia teoria e prática em uma busca permanente por transformações sociais. Essa interação dialógica é de extrema relevância para a práxis educacional, podendo ser considerada ao mesmo tempo ação (enquanto parte de suas atividades) e objetivo. É somente por meio da educação que se torna possível transformar verdadeiramente a sociedade, como afirmou o educador Paulo Freire, em sua célebre frase “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Quando se reconhece o imobilismo do conhecimento acadêmico técnico-científico no que se refere a promover a transformação social em um mundo em constantes mutações onde se privilegia a diversidade de saberes, e quando se reconhece o protagonismo dos atores e dos organismos sociais enquanto sujeitos históricos capazes de promover mudanças, a universidade deve buscar essa interação dialógica. Deve procurar articular o conhecimento acadêmico com o conhecimento popular e deve procurar absorver da sociedade o conhecimento secular ali produzido e reproduzido. Nesse sentido, ainda que não seja a única forma de a Universidade se relacionar com a sociedade, a extensão universitária tem papel central.

As metas da extensão universitária extrapolam o meio acadêmico. A responsabilidade social da universidade demanda uma política extensionista que envolva o diálogo genuíno com a sociedade, parte da já citada interação dialógica, que se dá por meio de programas estruturantes capazes de gerar desenvolvimento social e

comprometimento com os espaços geográficos nos quais a universidade se insere e nas quais atua, mantendo seu compromisso precípua com a educação, a formação profissional e humanística.

Nisso reside a verdadeira importância da extensão como a principal (mas não a única) forma com a qual a universidade estabelece laços com as comunidades. É papel da extensão promover o encontro dos múltiplos saberes dessas comunidades com o conhecimento produzido dentro das unidades de ensino, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico, em um processo dialógico. Essa relação é salutar e necessária para a universidade, pois possibilita, entre outras coisas, a ampliação do olhar dos discentes para questões sociais e para necessidades específicas das comunidades, o que contribui para a formação cidadã dos muitos alunos da universidade.

Com o intuito de estabelecer uma estratégia capaz de atender às solicitações da sociedade e motivar todos os participantes desse processo, se faz necessário estabelecer um diagnóstico sobre a extensão (o que envolve a identidade institucional, com suas propostas e prioridades), além do diagnóstico da extensão potencial, que envolve a leitura da realidade social. A universidade, como parte de sua atuação, deve conhecer as demandas da sociedade e interagir de modo a absorver o conhecimento que foi aí gerado (o conhecimento popular) e, a partir dessa compreensão, traçar estratégias de ação visando a melhor interação dialógica e, em última instância, a transformação social. É, pois, a finalidade do conhecimento - e de sua apropriação pelos cientistas e pelos cidadãos - a transformação social na direção a uma sociedade mais justa, mais igualitária, soberana e sustentável.

3.3.4 Direitos Humanos e Responsabilidade Social

A concepção de Direitos Humanos tem se ampliado ao longo dos anos, sendo hoje compreendido como normativas, ações e políticas públicas que visem a garantia dos direitos civis e a dignidade humana, principalmente dos grupos ditos minoritários da sociedade: mulheres, pessoas com deficiência, neurodivergentes, negros, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, refugiados e todos aqueles que em alguma medida estão à margem da garantia plena da sua cidadania.

A Universidade Federal Fluminense tem o compromisso com os direitos individuais e coletivos e com todos os avanços que a sociedade conquistou através das lutas sociais, inovação tecnológica e inovação na ciência. A educação superior é um

importante agente de mobilidade social e de transformação da sociedade através da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e referenciada. A universidade deve estar em constante diálogo com a sociedade, promovendo o desenvolvimento social e econômico sem qualquer tipo de preconceito através da construção coletiva, reafirmando o pacto social em busca de soluções para as demandas da população.

Nesse escopo, o ingresso e a permanência perpassam por ações transversais interdisciplinares internas e externas, com vistas não só à conclusão do curso, mas também ao aproveitamento de experiências na vida acadêmica que agreguem valor à vida profissional.

A manutenção e consolidação das políticas afirmativas, com reserva de pelo menos 50% das vagas de ingressantes na graduação e na pós-graduação destinadas às ações afirmativas, é um pilar social da UFF, que possibilita o acesso à universidade de estudantes portadores de diferentes tipos de vulnerabilidade, na busca pelo fortalecimento da sociedade.

Se por um lado a adoção de ações afirmativas permite o acesso à universidade de milhares de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, por outro lado, essa vulnerabilidade pode ser uma das causas de evasão, ou seja, a dificuldade do estudante em manter-se na universidade e concluir o curso. Por esse motivo, faz-se necessário envidar esforços para garantir a permanência dos alunos, desde o ingresso até a diplomação, inclusive aprofundando a política de bolsas para os alunos cotistas. Assim, a consolidação do apoio a esses estudantes é uma ação central visando oferecer suporte adequado e suficiente, de forma estável, de maneira a suprir, minimamente, as dificuldades mais elementares. As políticas de assistência estudantil na universidade precisam ser desenvolvidas com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2010) integrando as seguintes áreas de ação: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, neurodivergentes, altas habilidades/superdotação e necessidades educacionais específicas.

No plano acadêmico, as transformações sociais, as mudanças nos processos de ensino-aprendizagem e as novas tecnologias de comunicação fazem com que os discentes cheguem à universidade com conhecimentos e com demandas acadêmicas que não são as mesmas que tradicionalmente se espera de um aluno ingressante em um curso de nível superior. Por isso, faz-se necessário conhecer as habilidades, as aptidões e as necessidades formativas dos alunos ingressantes. A manutenção dos

processos clássicos de ensino e avaliação, para os quais é frequente que os alunos apresentem lacunas de conhecimento que se transformam em obstáculos à sua permanência na universidade e formação em tempo adequado, resulta em altos índices de evasão e retenção não formativa. É imperativo que se identifiquem estas lacunas e que sejam implementadas ações que busquem minimizar esses efeitos por meio do investimento em métodos de ensino ativo e apoio aos estudantes, visando a uma comunicação mais eficiente com a nova geração de estudantes.

Acessibilidade e Inclusão

Em 27 de março de 2019 foi criada a Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, aprovada pelo Conselho Universitário nesta data (Resolução CUV 037/2019). Dentre os objetivos da Política de Acessibilidade e Inclusão constam: zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes, nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pelos órgãos da Universidade; incorporar transversalmente os conceitos e princípios da acessibilidade em todas as ações, projetos, processos de trabalhos e aquisições realizados na UFF, para atendimento das demandas internas e da sociedade; promover ações de capacitação de servidores, para que possam conhecer e adotar novas práticas e tecnologias, a fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas; articular, junto com as Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, e de Extensão e as unidades de ensino da UFF, a formação de profissionais especializados em educação especial, o apoio ao desenvolvimento de projetos, pesquisas e trabalho acadêmicos nessa área; orientar e apoiar os colegiados dos cursos e programas na adequação curricular e na criação de disciplinas que abordem a temática da acessibilidade, inclusão e deficiência nos cursos de graduação para atender às especificidades das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas. Estas ações devem ser observadas em projetos, programas e cursos desenvolvidos na universidade.

O monitoramento da execução da Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão na UFF é realizado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - Comissão UFF Acessível, também criada em 2019. A universidade também conta com a Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (AFIDE) e a Comissão Permanente de Equidade de Gênero (CPEG) como instâncias propositivas e de monitoramento das políticas de inclusão étnico-raciais e de gênero implementadas nos cursos de graduação

e de pós-graduação.¹¹

O respeito e atendimento às demandas do público-alvo deve perpassar as ações da gestão e também estar presentes nos projetos pedagógicos e ações dos cursos de graduação e pós-graduação. Para isso é importante dar continuidade e fortalecer as ações já existentes na universidade como programas de capacitação e formação em educação especial na perspectiva inclusiva no ensino superior para docentes, técnicos e estudantes; programa estudante apoiador, programa apoio educacional e orientação pedagógica, acolhimento inclusivo, atendimento de saúde aos estudantes. Estimular e implementar a inclusão também deve perpassar pela formação nos cursos de graduação de forma que os currículos sejam desenhados para ofertar disciplinas na temática, de maneira que os profissionais formados pela UFF sejam engajados socialmente e comprometidos com as contribuições que sua profissão pode oferecer na construção de uma sociedade pautada nos princípios da equidade.

3.3.5 Desenvolvimento Regional

A fundação da Universidade Federal Fluminense atendeu a propósitos que expressavam, em sua época, um duplo desejo da sociedade de Niterói e seu entorno. Em primeiro lugar, alavancar seu desenvolvimento econômico, ainda marcado pela agricultura decadente. Em segundo, elevar sua autoestima em relação à vizinha capital federal, procedendo à intensificação dos padrões urbanos, o que também lhe possibilitava abrigar os anseios de formação de engenheiros, médicos, dentistas, advogados, entre outros profissionais.

Em mais de 60 anos de história, a comunidade acadêmica - formada por docentes, técnico-administrativos e discentes - passou de **3.230 pessoas em 1961, para mais de 85.000 pessoas em 2022**. Esse expressivo aumento revela a distância que separa o presente do passado que originou a Universidade Federal Fluminense, assim como demonstra a trajetória de extraordinário crescimento e de realização de sua vocação original.

Se o contexto de criação da UFF foi marcado, no âmbito nacional, pelo projeto desenvolvimentista da década de 1950 e, no cenário internacional, pela Guerra-Fria, os últimos sessenta anos construíram um futuro bem diverso daquele imaginado no passado. O panorama atual, caracterizado pela mundialização da economia, pela

¹¹ Para maiores informações acessar os sites: <https://afide.uff.br/> (AFIDE) e <https://cpeg.uff.br/> (CPEG)

implosão das ideologias, pela crise de sustentabilidade do planeta e, mais recentemente, pela eclosão da pandemia da COVID-19, que refletiu em uma realidade atípica mundialmente, assinala o fato da universidade encontrar-se em uma “encruzilhada histórica”, tornando-se necessária sua transformação contínua, reinventando-se a si própria, na busca de alternativas aos impasses do presente. Importante discernir, sob a pressão da avassaladora modernidade técnica, cuja eficiência independe da moral, que a missão verdadeiramente universitária não pode abrir mão de valores éticos e humanistas.

Em Niterói, a UFF e seus vários *campi* confundem-se com a geografia da cidade: estão localizados em vários bairros - Centro, Gragoatá, Ingá, Vital Brasil, além do prédio da Reitoria em Icaraí - e incorporados à rotina da cidade. A universidade está para Niterói assim como a Baía de Guanabara está para a cidade, ou seja, a UFF integra a paisagem urbana, formando uma parceria bem-sucedida.

A história de interiorização da UFF data desde os seus primórdios, com a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda EEIMVR. A EEIMVR nasceu ainda na década de 60 do século passado, de um desejo de criar uma escola de excelência em Engenharia Metalúrgica ao lado da recém-criada Companhia Siderúrgica Nacional, na cidade de Volta Redonda. Em 1961, essencialmente simultânea à criação da própria Universidade Federal Fluminense, foi criada a Escola de Metalurgia da Universidade Nacional do Trabalho, inaugurada solenemente pelo então presidente da República, o Sr. Jânio da Silva Quadros. Em razão dos *imbrólios* políticos que viriam a se manifestar naquele ano de 1961 e nos anos seguintes, o projeto inicial da Universidade Nacional do Trabalho não vigorou como planejado. Os alunos do recém-criado Curso de Metalurgia foram incorporados ao curso de Engenharia Industrial Metalúrgica da então Escola Fluminense de Engenharia (atual Escola de Engenharia da UFF), uma das unidades que viria a fundir-se a outras para dar origem à Universidade Federal Fluminense. Portanto, a UFF vem atuando na Região Sul do Estado do Rio de Janeiro desde o seu nascedouro.

A presença da UFF na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, em particular na Cidade de Campos dos Goytacazes, é muito similar àquela descrita para a cidade de Volta Redonda. Data de 1962 a criação naquela cidade do Curso de Serviço Social, inicialmente como uma unidade regional da Escola de Serviço Social de Niterói, a qual, assim como a Escola Fluminense de Engenharia, viria a ser uma das Escolas que se juntaria a outras para dar origem à Universidade Federal Fluminense. A partir da década de 1970, com a aquisição de uma sede própria, a UFF consolidou sua presença

na Região Norte do Estado. A presença da UFF na Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro data de 1984, quando a UFF começou a oferecer o curso de Licenciatura em Matemática na cidade de Santo Antônio de Pádua. Na cidade de Macaé, também na Região Norte do Estado, a UFF está presente desde 1992, quando foi formalizado um convênio entre a UFF e a Prefeitura de Macaé para oferecer os cursos de Administração e de Ciências Contábeis, inicialmente sob a forma de turmas de extensão, posteriormente como cursos regulares, incluindo-se então o curso de Direito. Data também de 1992 a presença da UFF em outra cidade do Sul do Estado, Angra dos Reis. Inicialmente com um curso de Pedagogia vinculado à Faculdade de Educação de Niterói, a UFF vem oferecendo cursos de formação de professores naquela cidade desde então. Em Rio das Ostras, também na Região Norte do Estado, a UFF está presente desde 2003, em um modelo similar àquele adotado em Macaé, oferecendo inicialmente turmas de extensão vinculadas a cursos com sede em Niterói e posteriormente como um pólo universitário. Com a adesão da UFF ao programa de Reestruturação das Universidades - REUNI, em 2008, a expansão da UFF para o interior do Estado se consolidou de modo definitivo. Como dito acima, a UFF já vinha oferecendo turmas, ainda vinculadas aos cursos com sede em Niterói, em algumas cidades do interior do Estado. Com a adesão ao programa REUNI, passou a possuir unidades acadêmicas em **Niterói (Sede)** e em outros oito municípios do estado do Rio de Janeiro: **Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda**. Na modalidade de Educação a Distância, a UFF possui 32 polos no estado do Rio de Janeiro, no Consórcio com o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ).

Destacamos o papel relevante que a UFF representa para toda a região do Leste Fluminense para os municípios fora de sede nos quais está instalada. Esse papel vai muito além dos serviços que ela oferece à comunidade, desde Hospital Universitário a Centro de Artes. Nessas localidades, a UFF produz transformação social.

Inúmeros trabalhos acadêmicos (CAMARGO e ARAÚJO, 2018; BIZERRIL, 2020; ANDRIOLA e SULIANO, 2015) têm investigado os efeitos da interiorização das instituições federais nos aspectos sócio-cultural, econômico e educacional locais e microrregionais. As conclusões vão no sentido de reconhecer benefícios em todas estas esferas, além da contribuição na redução das assimetrias regionais do país, conforme preconiza a Constituição de 1988. Bizerril (2020) assim sintetiza o processo de interiorização em relação a desenvolvimento regional:”

esse processo, ao fortalecer o modelo *multicampi*, contribuiu para a

democratização do acesso ao ensino superior público e para o desenvolvimento regional em diversos sentidos, promovendo também condições para que a própria universidade reveja seus modelos institucionais, favorecendo a interdisciplinaridade e o diálogo do meio acadêmico com a sociedade. Em sentido contrário ao modelo gerencialista de gestão universitária, a atuação dos novos campi remonta à discussão a respeito da universidade como bem público, e do seu papel na redução das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento humano (BIZERRIL, 2020, p. 1).

Nesse sentido, a UFF se orgulha de seu pioneirismo na ousada ação de interiorização, meio século antes do Programa Nacional de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Certamente, são poucas instituições de ensino superior que congregam alunos e ex-alunos, docentes e técnicos de tantos municípios diferentes como a UFF, promovendo uma integração humana muito particular e agradável.

Fortes desafios certamente se impõem, e têm sido enfrentados com maior ou menor sucesso. Um exemplo relevante: atenta à movimentação de ingressos, permanência e conclusão a Universidade decidiu, pela Resolução 525/2015, estabelecer o “critério de inclusão regional para acesso aos cursos de graduação presenciais localizados nos campi fora da sede”. Em termos práticos, pretendia acrescer 10% na nota do ENEM aos candidatos residentes e que cursaram integralmente o ensino médio em escolas (regulares e presenciais) dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro listados na Resolução. Tal bônus foi contestado judicialmente logo após a publicação da Resolução e não pôde ser mantido. Em 2022, quando verificamos que muitas instituições públicas estão saindo do Sistema de Seleção Unificada (SISU) por dificuldade de preenchimento de vagas e de acentuada evasão de estudantes migrantes, percebemos o quanto a UFF teria a contribuir com sua experiência, caso sua proposta estivesse vigorando.

Um outro ponto a considerar são os resultados comparados dos cursos do interior e da sede nos exames nacionais, o ENADE. Nos anos de 2018 e 2019, por exemplo, foram avaliados cursos das áreas de Ciências Sociais e de Exatas e da Saúde, respectivamente. Os resultados são ligeiramente favoráveis para os cursos localizados em Niterói, sobretudo nas Engenharias. Pode-se supor que os piores conceitos alcançados pelos estudantes do interior sejam reflexo da estrutura precária, conforme apontado nas respostas ao questionário aplicado.

O fato do Eixo Norteador “Desenvolvimento Regional” não ter obtido maior atenção por parte dos respondentes do questionário, especialmente dos niteroienses, nos dá uma dimensão simbólica adicional das dificuldades de implementação deste projeto.

Entretanto, o que se vê é a Universidade tratando do tema de forma transparente e persistindo no bem maior, que é a democratização da educação pela via da interiorização.

Sua vocação original e sua forte inserção regional constituem estímulo para a formulação de um projeto que atenda às novas demandas exigidas aos centros de saber, caminhando assim para um processo de internacionalização. Os resultados assegurarão tanto um universo de perspectivas melhores para sua comunidade acadêmica, como incidirão em um maior desenvolvimento do interior fluminense, integrando-o naquele processo, ampliando, ainda, a própria visibilidade da UFF no cenário nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 23 de Outubro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Resolução CUV 037/0219. Institui a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://uffacessivel.uff.br/wp-content/uploads/sites/345/2020/11/Resolucao-CUV-Politica-UFF-Acessivel.pdf>

CAMARGO, A. M. M. DE; ARAÚJO, I. M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, p. e37659, 2 fev. 2018.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, ISSN-e 2358-1425, Vol. 13, Nº. 32, 2020.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira e SULIANO, Daniele Cirilo. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** [online]. 2015, v. 96, n. 243.